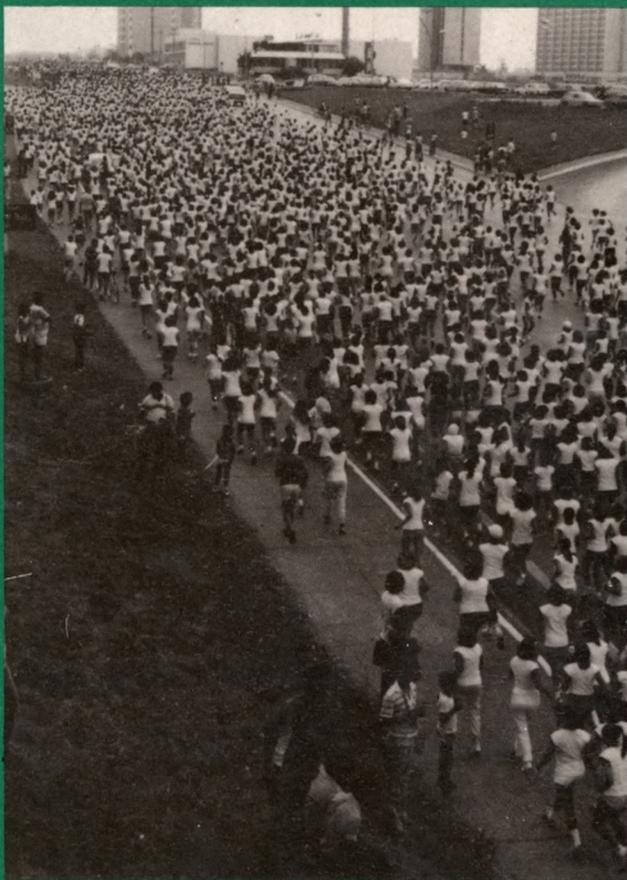


DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A Construção da Cidadania



PROGRAMA NACIONAL DE

desburocratização



Editora Universidade de Brasília

A Construção da Cidadania

A noção de cidadania atinge as mais diversas formas da existência humana e foi procurando mostrar todas as questões emergentes destas formas de vida que se realizou o segundo seminário da série sobre *A Universidade Brasileira e a Constituinte*: um seminário voltado especialmente para *A Construção da Cidadania*. Organizado pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, entre novembro e dezembro de 1985, o seminário reuniu líderes sindicais, representantes de minorias indígenas e de grupos negros, feministas, jornalistas, psicólogos e professores em geral.

O objetivo foi analisar de que modo o cotidiano da vida de um cidadão brasileiro deve figurar no futuro texto constitucional. Quando se imagina o sem-número de situações em que é necessário o exercício da cidadania, poder-se-ia dizer que a partir do momento em que põe o pé fora de casa, o brasileiro está apto a ser um cidadão nem sempre, infelizmente, na plena posse dos seus direitos. São direitos, por exemplo, que se poderia definir como a cidadania das pequenas causas: o direito de ser pedestre é um deles. Um direito freqüentemente desrespeitado na maioria das grandes cidades brasileiras, mas que se exerce com o risco da própria vida.

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A Construção da Cidadania

Organização

Departamento de Sociologia da UnB

Coordenação

João Gabriel Lima Cruz Teixeira

Programa Nacional de Desburocratização



Editora Universidade de Brasília

Este livro ou qualquer parte dele
não pode ser reproduzido por qualquer meio
sem autorização expressa do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70.910 – Brasília – Distrito Federal

Copyright © 1986 by Editora Universidade de Brasília

Equipe Técnica:

Capa: Magno Ernesto Cavalcanti

Coordenação de Produção:
Flávio Gonçalves da Rocha Castro

Revisão e Coordenação Gráfica:
Esmeraldino Henrique da Silva

ISBN 85-230-0211-1

Ficha catalográfica
elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

Teixeira, João Gabriel Lima Cruz, ed.
A construção da cidadania. Brasília. Editora Universi-
dade de Brasília, c1986.
268 p.

Convênio PrND/UnB

T266c
342.71:321.7 (81) (061.3)

t

SUMÁRIO

Apresentação	7
A Cidadania do Trabalhador Urbano	9
A Cidadania do Trabalhador Rural	51
A Construção da Cidadania Feminina	91
A Cidadania e a Questão Étnica	129
A Cidadania e as Questões Emergentes	185
A Cidadania e os Meios de Comunicação	235

A CIDADANIA E AS QUESTÕES EMERGENTES

Coordenador

João Gabriel Teixeira
(UnB)

Expositores

Edward MacRae
(USP)

João Quartim
(UNICAMP)

Gregório Baremlitt
(Psicanalista – RJ)

Paulo Timm
(Conselho Regional de Economia – DF)

COORDENADOR (João Gabriel Teixeira) – Nosso painel de hoje têm o título “A Cidadania e as Questões Emergentes”.

Uma pequena explicação para as pessoas que ainda não estão informadas a respeito.

Nossa intenção, ao formar este Painel, foi trazer pessoas especialistas que pudessem, pelo menos, levantar algumas questões importantes sobre temas inerentes à cidadania, mas que não se enquadravam, de forma alguma, em nenhum dos outros painéis.

Algumas questões que serão discutidas aqui, não diria que são realmente novas mas, com relação ao domínio público, são, na verdade, emergentes.

Compõem a Mesa o antropólogo Edward MacRae, da USP; o dr. João Quartim, da Unicamp; e o psicanalista Gregório Baremlitt do Rio de Janeiro.

Realmente não contávamos com grande público. Para júbilo nosso, temos tido um público bastante seletivo, no bom sentido.

Passo a palavra ao dr. Gregório Baremlitt, psicanalista do Rio de Janeiro, que nos vai falar sobre o campo erótico da cidadania.

GREGÓRIO BAREMLITT (Psicanalista/RJ) – Eu não estava muito certo de como interpretar o título que foi colocado para a minha intervenção. Assim, o desenvolvi de uma maneira que, agora, entendo abstrata demais. Farei uma pequena introdução.

Moro há quase oito anos em uma área urbana típica do Rio de Janeiro, que se chama Zona Sul, na qual desempenho minha especialidade como psicoterapeuta, psiquiatra. Isto me dá oportunidade de ver uma série de problemas, uma série de conflitos, uma série de transtornos que, tanto de maneira manifesta como de maneira latente, têm relação com o sexual, com o erótico.

Dentro da psicopatologia, tanto tradicional como psicanalítica, temos um capítulo chamado Das Perversões; tema muito atual e muito discutido. Nesse ramo temos oportunidade de ver no Rio uma proliferação de quadros que seriam classicamente chamados de perversões, em todas as qualidades: o exibicionismo, o sadismo, o masoquismo, o travestismo, a homossexualidade, etc.

Acontece que esses tipos emergentes e psicopatológicos têm-se tornado tão comuns que simplesmente, em termos estatísticos, já se pode fazer um questionamento dessas categorias psicopatológicas.

Não sei se cabe caracterizar um quadro de perversão num ambiente em que a perversão não é a exceção, e sim a regra. Se perversão é uma sexualidade que versa por um caminho, por canais pelos quais não deveria versar, temos que colocar seriamente quais são os critérios de normatização: se são critérios estatísticos, se são critérios ideais. Estatisticamente, parece que já não são, porque a maioria das pessoas está transformando essas práticas em forma de vida. Realmente, haveria de colocar-se também se esse critério é válido, na medida em que está baseado em categorias e numa disciplina como a psicopatologia tradicional, ou como a patologia psicoanalítica, que são partes da chamada psicologia moderna. Neste sentido, são elas passíveis de uma crítica que atinge todas as formas da modernidade. Fica seriamente questionado se essas categorias, se essas práticas médico-psiquiátricas, psicológicas, são formas de controle social e de patologização da idiosincrasia de determinado tipo humano em determinada sociedade, se não é chegado o momento de criticar, de forma muito radical, todos esses princípios, esses vazamentos de nossa disciplina, os métodos e técnicas que se depreendem desses vazamentos.

Diante dessa situação de dúvida que acomete o técnico, quando se encontra com esta dominância de modo de ser, que ele qualificava como patologia, existe uma problemática teórica, que desejo levantar nesta brevíssima intervenção, esse problema que, cada vez mais, os técnicos e nossa disciplina começam a compreender que dar conta de cognitiva às determinações puramente psíquicas de uma patologia não é suficiente. Cada vez mais, compreendemos que a abordagem tem que ser transdisciplinar, tem que compreender outras determinações, porque não adianta decifrar e intervir, dentro do ponto de vista da nossa disciplina, que ela mesma é muito questionada, como já dizia, para preencher o objeto que vai ser neutralizado, imediatamente depois, por outras determinações – sócio-políticas, econômicas, ideológicas, antropológicas, urbanas, enfim, – e até biológicas, físico-químicas, que são tanto ou mais poderosas do que aquelas que conhecemos e supostamente levantamos. A impressão que se tem é que essa espécie de *aggiornamento* sociológico de nossa disciplina é muito superficial e muito externa. Continuamos a fazer as mesmas coisas que sabíamos fazer tradicionalmente, mas reconhecemos, como uma espécie de pseudo-imunidade, que se haveria de fazer outras coisas, mas ninguém sabe o que é que tem de ser feito.

Não vou, hoje, tentar dizer o que tem de ser feito, porque é consequência de um estudo que não tenho pronto. Uma problemática teórica nossa, parece-me, é o núcleo de nossa dificuldade, que, uma vez esclarecida, talvez possa colocar as bases para uma leitura mais ampla dessa realidade e uma abordagem transformadora mais eficaz. Se me alongar demasiadamente, peço me interrompam.

Começo por caracterizar esse problema teórico da nossa disciplina, dizendo que o campo erótico da cidadania está ligado, nas suas possi-

bilidades e impossibilidades, ao espaço da cidade, da *polis* ou da *tilipas*. A condição do cidadão marca uma espécie de autenticidade, que só se estende secundariamente ao camponês ou ao homem da montanha, ao homem da selva. A estes corresponderiam muito mais termos tais como conterrâneo, co-nacional ou compatriota, concidadão. Essa denominação é igual à palavra “patricio”, que encobre o sentido de hegemonia hierárquica que a cidade e o cidadão têm sobre os seus coabitantes em seu território. Essa superioridade fica explícita se se lembra que a regra de urbanidade – *urbe* – é sinônimo de civilização e ainda de qualidade humana.

Por último, cabe insistir que a cidade é a sede do Estado e o mesmo tende a abranger tudo quanto se considera país, do qual pode-se chegar a tornar-se sinônimo.

Quando me refiro ao campo erótico, não aludo àquele conjunto mais ou menos amplo de comportamento sexual predominantemente genital que protagoniza nos cidadãos de um povo. Tenho-me permitido interpretar essa noção como denominação de um espaço abstrato em que se produz, distribui e consome energia preconizada pela psicanálise. À libido, uma vez vetorizada em forças, chamarei desejo. Essa energia descoberta pela psicanálise submete-se a todas essas práticas sociais. Gera-se, atravessa-se e extingue-se junto com cada uma delas.

É a forma de produção doméstica, primitiva, onde podemos detectar com maior evidência a condição erótica de todos os aspectos da vida comunitária. As relações sociais de produção, tanto como as de Governo, culto, arte, estão “manifestamente” ligados a diversas formas da voluptuosidade tanto como podem estar as relações sexuais familiares reprodutoras do indivíduo biológico. Esta evidência é forte, tanto no habitante da aldeia primitiva quanto no bárbaro e no acampamento nômade. Existe lá uma imanência entre o libido que anima a configuração de um corpo erótico coletivo e todos os dispositivos de sobrevivência e organização da comunidade, e ainda como corpo da natureza, planetário e cósmico. A ostensividade desta imanência desaparece junto com a divisão social do trabalho, a distribuição desigual do benefício, a acumulação, enfim, como começo da sociedade estratificada. Sem dúvida, há um momento histórico em que a claridade da onipresença da libido começa a eclipsar-se para sempre, é aquele momento da instauração do modo de produção, a construção dos grandes impérios, que se consubstanciam em nossas grandes cidades.

O filósofo e historiador francês Gilles Delay propõe a criação teórica de uma cidade-padrão, a cidade de Ur, com seu Urstadt. *Urbe* e Estado imperiais, prototípicos ou primordiais. Aqui começa uma discriminação que parece delimitar o que chamo de campo erótico da cidadania. Na cidade imperial se constitui a separação aparente, definitiva, ainda que não absoluta, entre vida privada e vida pública, sendo a primeira demarcada como o âmbito do erótico, e a segunda, como aquele do social propriamente

dito, psicanaliticamente falando, do “sublimado”. O sexual simbólico é apenas metaforicamente sexual. Não é por casualidade que essa repartição de campos coincide inversamente com a afirmação de um campo erótico íntimo, em muitos aspectos considerado como familiar e só metaforicamente considerado como cívico e político. Dupla relação de representação, a saber: o sexual está representado no cívico-político-público; e este está representado no íntimo-privado-sexual. Só na família imperial, despótica e incestuosa, é que a imanência continua sendo notória. Essa discriminação se prolonga com características diferenciais e próprias, nas demarcações de espaços da sociedade medieval e do capitalismo. É evidente, tanto no discurso oficial como naquele de saber implícito de cada sistema, o mútuo atravessamento de seus espaços é muito mais complexo do que aqui assinalo.

Pretendo destacar que nas sociedades tradicionais, e ainda nas modernas, a mencionada discriminação produz, no mínimo, certos efeitos de obscurecimento que são essenciais à reprodução acrítica do sistema e à produção de patologia sexual. Trata-se da aplicação de critérios técnicos valorativos que se atribuem às práticas de cada campo, com o fim de seleção, controle, repressão e apropriação. O âmbito do público é aquele no qual o erótico é definido como exclusivamente ligado à voluptuosidade genital individual e qualificada, quando aparece como baixo, egoísta e instintivo, devendo ser designado para substituir-se por interesses do bem-estar coletivo, ou seja, aqueles dos grupos e classes dominantes.

Encobre-se, assim, a condição crassamente erótica dos desempenhos sociais, em que o desejo de poder, de riqueza e de prestígio entram nos moldes da ordem constituída.

Por outra parte, o âmbito do íntimo privado, se oferece à condição histórico-social, por consequência, econômico-política, das transações erótico-amorosas. Em consequência, se obscurecem as modulações de exploração e de domínio que o sistema normatiza como sendo as paixões e umas transgressões puras, pertencentes à “esfera” inalienável do pessoal, totalmente desligada das lutas políticas.

Como forma de conclusão, meramente parcial dessas premissas, pretendo denunciar aqui, essa lógica liberal, maniqueísta, que consegue qualificar como anormal, imoral, antiestético ou ilegal, a todos os comportamentos que denunciam, deliberadamente ou não, a natureza erótica da atividade histórico-social. Ou seja, a perversão socialmente aceita. Tudo quanto seja crítico, revolucionário, consequente com a essência erótica da produção é equiparado, contanto que seja conservador, reacionário e coerente, com o desvio erótico do *status quo* e da acumulação. Ambos são avaliados como igualmente violentos e extremistas, efeitos da degredação da incorpórea paixão cívica a um submundo policialesco e caótico. Esse julgamento, feito desde o metron do cosmo platônico, aristotélico, “periclitatodo”, justo, médio, coincide com os ideais da democracia burguesa pós-

modernista. A contradição essencial produção-antiprodução da vida é transformada na oposição reinante entre totalitarismo *versus* livre iniciativa.

Como conclusão meramente parcial destas considerações, postulo que é função do trabalhador social, entendendo como tal o sociólogo, psicólogo, o psiquiatra, os juristas, assistentes-sociais, militantes, cidadãos comprometidos em geral, investigar, denunciar e transformar as dissociações aqui apontadas dentro de um mundo no qual a criação e o gozo se realizem plenamente juntos.

COORDENADOR (João Gabriel Teixeira) – Se é possível fazer algum sentido, alguma ligação com a próxima fala, só descobriremos no final.

Tem a palavra o dr. Paulo Timm, que falará sobre a “Cidadania no Distrito Federal”.

PAULO TIMM (Conselho Regional de Economia/DF) – Tenho a impressão de que este painel vai ser um pouco de *pot-pourri*, de variedades.

O dr. João Gabriel havia-me pedido, para conversar sobre algumas idéias que temos trabalhado há algum tempo, que dizem respeito à construção da “Cidadania em Brasília”. É dentro deste espírito que vou procurar alinhar algumas questões, algumas reflexões.

O ponto de partida para se pensar a questão da “Cidadania em Brasília” é compreendê-la nos marcos do que é o Distrito Federal. Temos uma grande dificuldade de pensar este marco institucional, próprio ou específico, no qual estamos, bem ou mal, metidos aqui, em Brasília. Normalmente nossa tendência é no sentido de tentar equiparar esse marco institucional dos Estados-membros da Federação. Na melhor das hipóteses, em alguns casos, se procura remeter a questão da cidadania em Brasília à tradição histórica do antigo Distrito Federal, que era o Rio de Janeiro, tentando pensá-la como uma recuperação de determinadas conquistas que haviam se inscrito na história do antigo Distrito Federal.

Quando se fala da cidadania em Brasília, muito pouco se pensa sobre o que é esse marco institucional, o Distrito Federal, por que foi criado ou por que teoricamente é concebido, e como, na prática, a questão da cidadania dos habitantes, ou daqueles que vivem em Distritos Federais, tem-se constituído desde que foi instituído.

Minhas observações pretendem precisamente chamar a atenção sobre o que é esse marco institucional e, por outro lado, tentarão também destacar que a experiência da construção da cidadania no interior dos Distritos Federais, em algumas partes do mundo, já tem demonstrado que não podemos ver esse invólucro como um invólucro lacrado, que, de certa forma, condena irremediavelmente as suas populações e os seus povos a uma atitude passiva. As várias experiências sobretudo de Nova Delhi, na Índia, sugerem que se tem procurado nos Distritos Federais formas as mais

variadas possíveis de integrar à cidadania nacional a população dos Distritos Federais.

Vamos, portanto, tratar do primeiro ponto e fazer algumas observações.

Os Distritos Federais são criados, na experiência ou na tradição americana, como uma tentativa de constituir um território neutro, um espaço territorial neutro que seja, de certa maneira, um lugar equidistante de todos os Estados-membros. Trocando em miúdos: colocar o governo federal no âmbito de uma república federativa, no interior de um dos Estados-membros, significa sempre privilegiar um desses Estados, privilegiar não apenas do ponto de vista econômico, visto que a localização do Governo Federal, a Capital Federal, num espaço definido, significa um benefício econômico, na forma de receptáculo de rendas que são drenadas do conjunto da nação, na forma de impostos, de taxas, enfim, de funções fiscais que se depositam nesse espaço territorial, através do pagamento das funções do governo naquela área, como também significa uma vantagem política e cultural, sobretudo em determinados países, ou em determinadas repúblicas federativas, onde a questão nacional ou as questões nacionais internas são importantes, localizar a Capital Federal em determinado lugar das disputas internas de caráter nacional, significam inequivocamente privilegiar uma dessas nacionalidades. Isso traz conseqüências imprevisíveis. Lembro, sobretudo, esses problemas no âmbito, por exemplo, da Iugoslávia ou até mesmo do Canadá.

A concepção, portanto, de um espaço que fosse neutro, que não privilegiasse nenhum dos Estados-membros, que fosse apenas o lugar onde se exerce a função de Capital Federal, foi a tentativa, em última análise, de consolidar o que procuramos compreender como federalismo, ou seja, o princípio através do qual todos os Estados-membros que concorrem à organização de uma república federativa são efetivamente iguais diante dos princípios gerais que norteiam essa república.

Então, por trás da invenção, vamos chamar assim, do Distrito Federal ou dos Distritos Federais, como um invólucro institucional que abriga os governos de repúblicas federativas; sempre subjacente está a idéia de que ele é um instrumento de consolidação da democracia, visto que se entende que o princípio federativo é um avanço no processo de construção da democracia. A existência de um lugar neutro, no qual nenhum dos Estados-membros se beneficia com as vantagens da localização do governo central, é o meio através do qual se procura aprofundar esse princípio de equidade diante da Federação. Naturalmente é a norma, é a tentativa, ou seja, castra-se, em parte, o princípio, ou castra-se a substância federativa de um território, para que a substância federativa do conjunto do território, menos aquele espaço, se realize.

Curiosamente, a criação dos Distritos Federais traz em si sempre uma contradição, porque é, ao mesmo tempo, uma castração da cidadania

que se exerce sobre determinado ponto do Território Nacional, como um instrumento para realizar a cidadania do conjunto do território. Essa contradição, de certa maneira, é que aninha toda a problemática posterior da construção da cidadania interna dos Distritos Federais, visto que, de antemão, ela já é parcialmente castrada com o objetivo de realizar a cidadania do conjunto.

Este problema é fundamental, é o problema vital da cidadania em todos os Distritos Federais onde estes foram constituídos. Sobretudo, em sete países do mundo, há uma experiência razoável de constituição de Distritos Federais e de tentar levar adiante esse invólucro institucional como sede do governo federal. As repúblicas unitárias, sobretudo as europeias, não têm esse problema, visto que são repúblicas unitárias, não são federativas; os Estados não são propriamente Estados, são províncias, e não reside aí qualquer tipo de problema.

Enfim, todo o problema da construção da cidadania no interior dos Distritos Federais passa, portanto, pela compreensão dessa contradição, que é um lugar vazado de substância federativa, com o objetivo de construir o princípio da federação, que é o da equidade dos Estados-membros diante do governo central. Isso tem feito com que o ponto primeiro – o ponto da representação desse *locus*, que é um *locus* institucional e é um *locus* social, político e econômico, não se realize plenamente. De antemão, os Distritos Federais normalmente não têm, pela sua própria natureza, não são dotados de uma Constituição que lhes permita participar, junto com os demais Estados-membros, do contexto federativo.

Esta, então, a primeira questão, que, de certa maneira, nos remete para as questões mais internas da organização política dos Distritos Federais, visto que a sua existência ou a sua condição institucional não deriva de uma consulta prévia, não deriva de uma vontade específica daquela comunidade que ali vive ou que ali anima as suas expectativas de gozo e realização social, como diria o Gregório, mas deriva de uma imposição do conjunto da Nação ao qual essa comunidade se subordina. Então, essa atenção inicial deriva da contradição entre o vazamento da substância federativa e a busca do princípio do federalismo, como um princípio constitutivo da democracia moderna nas repúblicas federativas. Ele segue adiante, ele continua, ele prossegue, na medida em que essa contradição se desdobre numa outra – o fato de a comunidade local não ter normalmente a soberania sobre o destino da sua própria vida, visto que o mecanismo institucional adotado para ali localizá-la já, de certa maneira, castra também parcialmente, na busca de uma identidade política própria. Todos os Distritos Federais existentes no mundo padecem, de certa maneira, desse tipo de problema. Alguns, como na Venezuela, procuram resolver isso, assumindo a contradição como tal – há um governador, que é nomeado, uma espécie de administrador-geral do paradigma, e uma espécie

de administrador eleito, que faz as vezes de primeiro-ministro, e o outro, de poder moderador.

De qualquer maneira, todos os Distritos Federais vivem intensamente essa contradição de não ter uma expressão plena na construção da cidadania nacional, nem a plenitude da cidadania local. Em última análise, todos padecem da contradição de serem o resultado de aspirações nacionais que subjagam aspirações comunitárias para realizar um objetivo maior. Poderíamos, em vista disso, indagar: teria valido a pena a busca, ou a procura, ou a invenção dessa contradição como instrumento de construção da cidadania num nível superior? Estou convencido de que se deve procurar, se deve continuar perseguindo essa idéia de um lugar neutro que procure realizar os objetivos do federalismo. Neste ponto, chamaria a atenção para uma ligeira passagem da palestra do Gregório, quando ele diz que a cidade é, de certa maneira, a expressão da civilização. Em todo pensamento político moderno, vivemos, de certa maneira, uma tensão que está por trás de quase todas as discussões que movemos desde o século passado, entre correntes progressistas que, de certa maneira, se expressam nas cidades. O Socialismo mesmo é muito mais uma expressão das grandes aglomerações do que propriamente uma expressão direta do trabalho fabril. De certa maneira há uma tensão entre o que é a cidade e o que ela representa, e as expressões restauradoras da velha ordem, que normalmente se localizam nas regiões mais afastadas e no campo.

Simplificando, poder-se-ia dizer que vivemos, no mundo moderno, uma grande tensão entre forças, que poderíamos chamar de centralizadoras ou centralistas e forças descentralizadoras, que normalmente, até o século passado, eram expressões de uma velha ordem que se retraía para dar lugar à construção das cidades, à indústria, uma articulação urbana e civilizatória de tipo superior. De certa maneira, absorvemos no mundo moderno essa tradição de defender o centralismo e a centralização. Absorvemos até mesmo na trajetória do pensamento marxista. Toda tradição marxista é uma tradição centralizadora. Centralizadora no campo da economia, no campo do Estado, na vida social, centralizadora no sentido de aproveitar a roda centralizadora da ordem burguesa, no sentido de realizar as transformações nesse processo, e não rodando a roda, não voltando. Talvez a única exceção nesse processo tenha sido o anarquismo – daí a razão da briga, ou a razão da disputa ideológica, no século passado, entre marxistas e anarquistas. O Anarquismo, de certa forma, é uma contrapartida, é uma espécie de negação dessa tradição progressista que o Marxismo absorve da tradição burguesa ou das lutas centralizadoras da Revolução Francesa, e procura, de certo modo, questionar essa centralização, instaurando o império ou a necessidade da descentralização como mecanismo da construção democrática. O pensamento social cristão absorve um pouco disso, ao longo do final do século passado, até meados deste século também nós, sobretudo na América Latina, ainda somos muito

dominados por essa idéia de que devemos perseguir não apenas uma república unitária, por isso que estou fazendo esse ligeiro alcance ligado à questão dos Distritos Federais, como também que essa república unitária se expressa progressivamente, na medida em que ela é capaz de instaurar uma ordem negadora da ordem social burguesa, e que se consolida por um processo de planejamento central, capaz de organizar o conjunto da vida econômica e social.

Estou procurando dizer, e por isso resgato, de certa maneira, a idéia originária de Distritos Federais como um lugar neutro que procura realizar os objetivos do federalismo, estou procurando dizer que estou absolutamente convencido de que não temos mais preocupações com a ordem restauradora do mundo pré-capitalista. Decididamente, mesmo em nível de América Latina, é uma ordem social superada pela consolidação da ordem social burguesa. Nosso problema, contemporaneamente, é contestar a centralização burguesa, e, nesse processo de contestação da dominação e da centralização burguesa, a emergência de focos contestadores ao nível do município, dos Estados-membros, daquilo que poderíamos chamar de instâncias regionais do Estado e da sociedade, são fundamentais na luta pela construção de uma democracia de tipo superior.

Estou dizendo, e de certa maneira isto é uma discussão, e estou tentando polemizar sobre a tradição marxista, é que o problema da luta política no mundo moderno não é um problema que se trava apenas em torno do domínio e do controle do Estado na sua expressão superior, e sim que se realiza através de uma luta pela conquista de instâncias regionais da sociedade, onde não apenas a sociedade civil, como nos acostumamos a chamar nos últimos anos – sindicatos, associações de moradores, etc., etc. – mas também as instâncias regionais intermediárias do Estado, sobretudo município e o Estado-membro, passam a ser elementos decisivos para a contestação da hegemonia burguesa. Nesse processo, claro, isso tem um pouco que ver, e tem alguma sugestão no que estou dizendo, sobre o que fez o Partido Comunista Italiano, na Itália, na conquista de determinados municípios, o que, na década de 60, causou tanta estranheza, sobretudo entre os marxistas, em relação àquilo que chamavam uma estratégia ao contrário, que, de certa maneira, reeditava alguns cânones ou alguns princípios típicos do anarquismo no século passado, porque procurava revalorizar as instâncias regionais ou as instâncias intermediárias na luta pela construção da democracia e pelo avanço do Socialismo.

Enfim, resgato apenas esta questão, porque creio que nesse processo de fortalecimento do federalismo, a busca de um invólucro institucional que não beneficie nenhum dos Estados em particular ainda é um instrumento a ser perseguido. Vale dizer, a contradição entre aspirações nacionais que se depositam em determinado lugar e as aspirações comunitárias derivadas da busca de identidade daquela população que ali vive, ela é inevitável, desde que a criação ou o vazamento da substância federativa de um desses lugares

significará sempre certa tensão entre um processo e outro. O que me leva a defender esse invólucro institucional é precisamente a crença de que devemos revalorizar a busca do municipalismo e do federalismo, e nesse processo essa condição institucional de Distrito Federal ainda é importante.

Este é um primeiro ponto. Naturalmente o que estou oferecendo não é um discurso político, é uma procura, de pontos que permitam discutir o problema essencial da cidadania dentro dos Distritos Federais.

O segundo ponto, a segunda questão para a qual chamaria a atenção, é que nem tudo são espinhos nesse processo. Desde que se percebe o problema e desde que a contradição é inevitável, sempre parece que é absolutamente imperioso que se váze até o limite a construção da cidadania da população que vive nesses Distritos Federais.

E aqui quero dizer que, pelo contrário, desde que se assuma o problema como problema, ou seja, como contradição, é perfeitamente possível, senão resolvê-la, instaurá-la pelo menos noutro nível, de forma que ela vá se reproduzindo contraditoriamente, e não como uma solução do tipo: “Vamos transformar o Distrito Federal em Estado!” Esta é a fórmula, um Estado-membro tem problemas para converter uma república federativa em Capital da Nação.

Então esta é a minha visão, especialmente vendo e estudando um pouco o que se fez em várias administrações de Capital de Distrito Federal no mundo inteiro; admitido o problema como uma contradição, é sempre possível procurar formas capazes de resolvê-lo. Estou absolutamente convencido de que é possível, por exemplo, chamar a população do Distrito Federal a uma representação plena. O Congresso Nacional achou por bem que o Distrito Federal tem que ter oito representantes na Câmara dos Deputados. É uma discriminação, é coisa que não tem nenhum sentido. A Câmara dos Deputados é uma representação do povo brasileiro. Portanto, não se pode, de nenhuma maneira, limitar o número de representantes ou estabelecer mecanismos que restrinjam esse processo de representação na Câmara dos Deputados. Até admito que a questão da representação no Senado seria mais problemática, desde que o Distrito Federal, por definição conceitual e prática, é vazado de substância federativa. E o Senado seria a própria expressão dessa substância federativa.

De qualquer maneira, estou convencido de que devemos caminhar no sentido do fortalecimento do federalismo, no sentido da valorização de municípios e Estados e de uma Câmara unicameral que seja a expressão da vontade do povo brasileiro.

Particularmente, não defendo a sobrevivência de uma Casa anacrônica como é o Senado Federal, que não tem cumprido papel decisivo na construção da democracia no Brasil, através do fortalecimento de Estados e municípios. O processo de fortalecimento se dá na vertebração do Estado e

na valorização de instâncias regionais, não com a criação de uma Câmara de nível superior, como é aqui hoje.

Nem discuto a questão da representação de Brasília no Senado, porque, decididamente, creio que a questão da representação de Brasília no Senado é apenas uma questão de tempo. Fatalmente o tempo tratará de eliminar essa que é – a meu ver – certa excrescência, digamos assim, que não realiza os objetivos superiores do fortalecimento do Federalismo.

Não há nenhuma razão para que haja restrição sobre a população dos Distritos Federais, onde quer que eles estejam, numa Câmara de representantes do conjunto da Nação, como é no Brasil a Câmara dos Deputados.

Remetendo a questão para o nível interno, estou absolutamente convencido de que os paradigmas relativos à condição do Distrito Federal podem estar perfeitamente inscritos na Constituição. Não precisam ser transmitidos ou garantidos através da indicação de um governador demissível *adnutum*, que é um prolongamento do Governo da União sobre esse espaço territorial. Estou convencido de que essas imposições, que poderíamos chamar de aspirações nacionais depositadas no território do Distrito Federal e que começam com o lacre institucional – Distrito Federal – podem estar perfeitamente inscritas na Constituição, desde que conseqüentemente possível fazer avançar o processo de construção da cidadania e da participação em nível interno, vez que aquele governador ou os representantes que forem eleitos terão que respeitar a Constituição, no que tange aos paradigmas relativos à Brasília, no caso ao Distrito Federal, de maneira mais geral.

Não vejo nenhuma necessidade de se manter o cordão umbilical com o Governo da União, através de um administrador imposto pelo Governo Federal, como critério de preservação dos paradigmas, ou dos planos, ou das exigências, visto que esses paradigmas podem estar perfeitamente inscritos na Constituição. Brasília deve ser assim, o Distrito Federal cumpre tais funções. Pode haver um parágrafo ou um item – não sei o quê – na Constituição que diga sobre a necessidade do Distrito Federal e as aspirações nacionais ali depositadas, e que remetem, portanto, para um cumprimento fiel por parte daqueles que forem eleitos.

Isto posto, estou convencido de que o Distrito Federal pode ter perfeitamente a sua autonomia, pelo menos no sentido de uma eleição direta para governador, a constituição de uma assembleia de representantes que trate, enfim, não das questões de representação, e sim da construção do poder em nível local. E o poder não pode constituir-se apenas pela eleição do governador. Ou se constitui de forma plena, ou não se constitui.

E isto nos remete, em última análise, e aqui chamaria a atenção, também, para outra questão que normalmente não é vista no processo de construção da cidadania nos Distritos Federais.

Sempre se pensa que, desde que há um invólucro institucional Distrito Federal, é impossível, ou inviável que exista qualquer coisa que impossibilite a que determinados segmentos da população aspirem ou se transformem numa comunidade municipal plena.

Particularmente, estou convencido de que a grande aspiração da população de Brasília, mais imediata, mais sentida, é precisamente neste sentido.

Há certo bairrismo muito enraizado, por exemplo, numa cidade como Taguatinga. Isso não se resolve, a não ser através do direito de se constituir em município. E não há nenhum problema do ponto de vista doutrinário, nem político, nem econômico-financeiro. Aliás, o Núcleo Bandeirante, aqui, em Brasília, que hoje comemora 20 anos, foi transformado em município por uma lei do Congresso Nacional, sancionada na época, pelo Jango. Nunca entrou em vigência. A lei logo depois foi suprimida.

De certa maneira, até dá uma idéia de que, se a população estiver disposta a complementar a sua cidadania através da constituição de um governo comunitário local, não haverá, absolutamente, nenhum choque, nenhum problema com a condição de Distrito Federal ou com tipos de governo que possam presidir essa condição de Distrito Federal.

Por trás disso tudo sempre vem ou uma grande questão, ou sempre vem uma grande dúvida: como construir a cidadania se não existem os meios necessários para tal?

Termino apenas dizendo o seguinte: quem fala isso são leigos, senão, às vezes, mal intencionados. A condição Capital da República é uma condição, do ponto de vista econômico-financeiro, de excelência. Por isso, inclusive, estamos aqui discutindo a questão do invólucro institucional Distrito Federal. É uma condição de excelência, porque economia modernamente é renda. Economia não é processo produtivo, economia é substancialmente renda. Essa condição Capital Federal, permite que esse lugar, que é o lugar que abriga as funções de Capital Federal, tenha a possibilidade de drenar a renda do País inteiro e depositá-la nesse local. A economia de Brasília é uma das mais dinâmicas da América Latina. O nível de renda, pública e privada, é das mais altas da América Latina. A condição de Capital Federal viabiliza já, de antemão, qualquer projeto de autonomia política e de representação plena, ou de consumação plena da cidadania, porque, é o único lugar onde, antes de haver o processo produtivo, ou antes do trabalho se organizar produtivamente, derivar na forma de renda, ele já preexiste, pela condição Capital da República. Portanto, se há um único lugar onde não há problemas no âmbito nos meios, para consumação da plenitude da cidadania, em qualquer lugar do mundo é exatamente na sede do reino, no castelo, porque, de antemão, esse já é um *locus* privilegiado.

Só me penitencio de não poder, nestas observações, ter dado continuidade ou ter-me colocado ao nível do que foi a exposição do dr.

Gregório. Talvez tenha contribuído para chamar a atenção para umas questões emergentes da cidadania onde moramos, que é nesta cidade.

COORDENADOR (João Gabriel Teixeira) – Obrigado, dr. Paulo Timm.

Vou passar a palavra ao professor João Quartim, filósofo, da Universidade de Campinas.

JOÃO QUARTIM (Unicamp) – O tema sobre o qual vou centrar esta minha intervenção, que espero curta, para poder facilitar os debates depois é o trânsito – o Caos do Trânsito no nosso País. Vou tirar algumas conseqüências dessa descrição, que entenderei sumaríssima, no caso do trânsito, sobre o bloqueio da noção de cidadania no sentido político e social, não jurídico, porque juridicamente a Constituição garante uma série de coisas, inclusive diz que todos são iguais perante a lei – princípio da isonomia, e também assegura os demais direitos da cidadania. Temos que ver como ela se explicita na vida política e social. E aí me parece o trânsito um espelho, o triste espelho da falta de cidadania em nosso País.

Antes, alguns palpites teóricos, relativos, evidentemente, ao tema. Um sobre a questão da relação entre cidade e civilização. E digo isto, porque até apareceu já, em outra sessão muito interessante, aqui, as pessoas distinguiam rigorosamente direito civil e direito político, direitos civis e direitos políticos. É compreensível que hoje a vontade de separar noções e de facilitar a distinção de temas tenha cristalizado a diferença semântica que se pode apontar entre direito civil e direito político. Tão engraçado é que fazem considerações etimológicas às vezes, e justamente, como foi bem lembrada, até porque *polis*, grego e *civitas* latim, são a mesma coisa. O romano dizia *civitas* – cidade, *civis* – cidadão, como o grego dizia *polis* – cidade, *polite* – cidadão. São a mesma coisa. São sinônimos. E a tradução em latim, política e civilidade é a mesma coisa, etimologicamente, quanto ao fundo, quanto à origem radical dos conceitos, dos significados.

Também um pequeno detalhe. Não há contraposição ao que essa forma sócio-econômica, essa forma histórica específica se refere, ou seja, ao microestado que floresceu na bacia do Mediterrâneo, durante o terceiro milênio que precedeu a nossa era. Esse microestado, a *polis* ou a *civitas* ou *urbes*, de maneira nenhuma, contrapunha o mundo rural ao mundo urbano. Ao contrário. A cidade, essa aí não se confunde com a cidade anterior, aquela na qual o déspota consumia a sua renda, como disse Marx, de forma lapidar, nos textos do *Grundrisse* que é a cidade de Babilônia, aquela da perdição, que há um tipo de cidade religiosa, cidade despótica que precedeu, durante milênios, a cidade, essa aí, a *polis*, *civitas* greco-romana. O que é essa cidade greco-romana? É uma comunidade de pequenos proprietários das terras circundantes que se refugiam nos muros, nos *limes*, como diz o latim, que é uma coisa sagrada, o limite da cidade,

e, porque eles são proprietários das terras circundantes, são cidadãos. Aliás, há uma correspondência. Emilio Seregni, o erudito italiano, diz mesmo: há uma projeção ortogonal do terreno urbano sobre a paisagem circundante. Porque proprietários da terra na região é que esses cidadãos são membros da comunidade política, da comunidade cívica. Então, na origem greco-romana não há contraposição entre cidade e campo. Ao contrário. Há uma unidade entre cidade e campo. É a dignidade de proprietário que faz do sujeito um cidadão. Essas intervenções são muito profundas e permaneceram, de muitos modos, na nossa história.

Outro palpite teórico. O termo civilização adquiriu uma conotação reacionária, porque utilizada sobretudo numa certa historiografia e numa duvidosa filosofia da história, de tradição talvez tedesca, alemã. Na realidade, o tema é profundo, merecia até ser recuperado. Talvez na língua italiana se mantenha o termo que não é civilização, que tem esse matiz, e sim o termo *civilita* – cidadania, que é muito forte, muito rico e é termo envolvido em batalhas políticas importantíssimas na Itália contemporânea. *Civilita* e civilização são a mesma coisa, poderíamos até traduzir, talvez, para evitar o termo civilização, que a “direita fascistoide” já tomou conta dele, poderíamos usar o termo civilidade, mas aí fica pedante. Então, temos que escolher entre ser nacional e ser pedante, dentro do vocabulário. É uma triste escolha. Não sei qual dos dois escolher no caso. O fundo semântico é este mesmo, não sei disso.

Claro que a questão do trânsito entra aí bem no temário elaborado pelo dr. João Gabriel, porque este é um problema emergente. As coisas emergem devagar, a temporalidade da história social não é a mesma da nossa vida. É um problema do nosso século e do nosso País, de nossa metade do século talvez. Não tinha muita gravidade antes dos anos 50.

Vou justificar um pouco porque escolhi este tema. Além das minhas fobias pessoais, talvez tenha um mínimo de interesse – por isso sumarissimamente também vou referi-las – foi o fato de eu ter morado muitos anos, por motivo de força maior, fora do País (durante 12 anos) portanto ter sido um pedestre fora do País, como outros que tiveram a mesma experiência, apenas fui talvez mais obsessivo, talvez mais cabeçudo do que os outros, por isso que fico insistindo e já estou há muito tempo. Notei o que é o descaramento, o desrespeito do motorista no Brasil. Quer dizer, é o fenômeno do descaramento generalizado, do desrespeito generalizado pelo pedestre. Tomando-se o caráter de classe, é evidente, o burguês, em média, anda de automóvel e o pedestre, a pé.

Praticamente – não quero agredir países-irmãos, talvez o Paraguai seja tão ruim quanto aqui – nunca vi e já estive em muitos países, nunca vi um país que, tão sistematicamente, tão descaradamente, desrespeite as regras do trânsito quanto o nosso. Nunca vi. Como nascem as justificações, a racionalização das classes dominantes, os responsáveis por essa catástrofe, por esta hecatombe silenciosa e constante, como elaboram? Por que

esse negócio existe aqui? Quando se obedece, no meu entender, a um puro e simples egoísmo de classe, ao fato de que o burguês, por definição se beneficia da impunidade em todas as dimensões de sua atividade porque ele reflete o caráter profundamente desigualitário do nosso País, e – como eu disse – um retrato sem retoque está em nossa falta de civilidade.

Então, colocarei alguns dados que justificam isso e podemos começar a discutir.

Há, no fundo, outra maneira de se começar a questão diante da problemática de nossa cidadania, que é a cidadania restrita. Quer dizer, o cidadão é automobilista, ele entra com o aço do carro, e o pedestre vai com o osso do seu corpo, correndo. É o que verificamos a qualquer momento. Um aspecto: o sujeito tem mais direito do que o outro. Essa piada que se diz aqui, todos são iguais. Um é mais igual, o automobilista é mais igual do que os outros. Tenho alguns dados aqui, dados tirados sejam do DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito) como de outras fontes, e algumas comparações também internacionais. Voltei ao Brasil, beneficiando-me da anistia assinada pelo general João Figueiredo. Por questão de pesquisa, atento ao negócio, já tinha dado conta da coisa. Ai comparei com os dados de imprensa, procurei até dados estatísticos, movido por uma única razão: porque eu achava profundamente irritante, como pedestre, que às vezes sou, ou pensando no meu filho, ou na minha mãe que é mais velha – só, de passagem, as principais vítimas desse trânsito são crianças. Há o massacre de crianças, o atropelamento em nosso País é, sobretudo, um massacre de crianças, com total indiferença das autoridades constituídas, as fascistóides que conseguiram dominar o País 20 anos, os tais democratas de hoje, dessa lenta e Nova República. Infelizmente, pelo menos em São Paulo, que é meu Estado, a coisa não melhorou nada, nos últimos 3 anos. Ao contrário, as faixas de pedestres estão até se apagando, estão até piorando em São Paulo, porque esses cavalheiros democratas também andam de automóvel e seguramente isso tem alguma coisa a ver. Também ando de automóvel bastante, mas acho que podemos ter alguma coisa que sinalize mentalmente para o absurdo que é o negócio e que acordem. Para mim é até um patriotismo o jeito que o brasileiro atravessa a rua. A tranquilidade, a dignidade com que o estrangeiro, na Espanha, na França, na Inglaterra, até em Marrocos, se atravessa a rua. Aqui se atravessa de cabeça baixa, correndo. Em Brasília é menos pior, como diz o vulgo, é menos pior do que em outros lugares. É isso que faz com que o nosso País apareça, sob este aspecto como em outros de resto, como o país do desprezo, o país do desrespeito.

Temos aqui estatísticas sobre a média de mortes. No Brasil morrem 20 mil. São dados do DENATRAN de 1983. Um morto a cada vinte e seis minutos no trânsito, dado relativamente alto. Ou seja, 20.215, vinte mil pessoas durante o ano de 1983. Realmente, no caso, chega a ser uma hecatombe silenciosa, porque em cada três anos morrem – compara-

ções jornalísticas – cada três anos uma bomba de Hiroshima no trânsito. Seguramente morre mais do que em assalto. E aí vemos o que é o fascismo, o instinto fascista que temos na minha cidade, São Paulo, dos que ficam sistematicamente, diuturnamente, batendo na tecla do medo do assalto, medo do assalto, medo do assalto, não sei do quê, sendo que morre mais gente atropelada por carro. Aliás, esse fascistoide, esse famoso, me foge o nome agora, esse sujeito, atropelou recentemente alguém. Sem se preocupar. Ele anda com o automóvel, com uma antena imensa, pelos subúrbios. Realmente há o ocultamento dos dados de que morre mais gente atropelada do que gente por outras causas.

Não sou da linha humanista cristã. O crime tem que ser punido, inclusive o crime do bandido, mesmo que seja pé-de-chinelo. O caso é que no Brasil só se pune este. Todos sabem. Escândalos aqui é que só se pune esses. Os Garneros andam soltos e dão entrevistas. Esse é o problema aqui. Do ponto de vista da frieza estatística, a principal causa de morte violenta em nosso País é o trânsito. São dados. Há uma conspiração de ocultamento com relação a esse dado.

Não é uma operação de ocultamento. No mesmo sentido em que se ocultam os dados, tentavam-se ocultar elementos de um processo ou de um assunto particularmente escandaloso, como essa corrupção de tantos grupos financeiros, como o escândalo do Riocentro, um ocultamento que todo mundo sabe quem fez tudo isso. É ocultamento apenas das atas do processo simplesmente. No caso é uma indiferença de classe. Para quem quiser, tenho um *dossiê* bastante grande aqui. Inclusive, uma coisa curiosa, que trouxe para mostrar, na revista *Quatro Rodas*, revista para automobilista. É até certo esforço aborrecer o próprio público. Se a revista é para automobilista, não se vai querer amolar o automobilista dizendo-lhe algumas verdades. É curioso. A matéria é assim: “Cuidado! Brasileiro ao volante!” O primeiro parágrafo, que merece ser lido rapidamente, diz: “O brasileiro médio é gentil, cordial, afável, dificilmente se envolve em guerras, detesta violência, tem especial cuidado com a vida”, – é uma fraseologia dele – “Menos quando está ao volante de um automóvel. Então não sabe conviver com a máquina, nem com as outras pessoas” – não sabe conviver com as outras pessoas – “não respeita a sinalização ou as faixas de proteção a pedestres. É indiferente ao sinal vermelho, à advertência do guarda, à conversão proibida, à contramão. Auto-suficiente, individualista, despreparado, o motorista roda impune, muitas vezes mata”.

Dá o número sobre 1980, que era 19.851. Dei a vocês um número de 1983, que era 20.215, do DENATRAN. Há uma estabilização em torno de 20 mil mortes por ano. Tem-se que acrescentar aí os feridos, os estropiados, os aleijados, os arrebentados, todas as conseqüências perversas socialmente, e ver que o custo disso para o INAMPS, para a Previdência Social, não será tão grande quanto o custo do roubo, das

quadrilhas de *gangsters*. Há de ser pesado também. Tenho uma cifra aqui, vou mencioná-la depois.

É particularmente inquietante esta questão e cito, em ação comparativa, realmente é só aqui que isso acontece, como eu disse, talvez no Paraguai. No entanto, é só aqui que se dirige de maneira tão sistematicamente descarada, até se violar o sinal vermelho, às vezes o pedestre tem a sua luz verde. É só aqui que isso acontece. É uma coisa nossa.

É particularmente inquietante. Mostra talvez, um *penchant*, um mal *penchant* da nossa cultura, da nossa falta de cultura. Por exemplo, o ladrão, o bandido ou até mesmo esses grileiros assassinos que mataram quase 200 dirigentes camponeses, assassinato seletivo. Neste ano morreram quase 200 dirigentes sindicais no Brasil. Não entendo a lógica do sujeito. Ele é um latifundiário, é o senhor da terra, de baração e cutelo, como dizia, e quer manter aquilo. Então, vejo uma lógica na categoria weberiana da racionalidade, posso enquadrar esse comportamento em interesses sólidos, materiais que ele está, com esse método criminoso que sempre caracterizou, aliás, a luta de classe do latifundiário, para se manter como tal. Posso entender. Ele mata porque quer manter a terra, porque é egoísta, quer tudo para ele. Além do mais, o que é terrível, é essa irracionalidade no caso do trânsito, dessa principal causa de morte violenta no Brasil. É que o sujeito faz isso por pura estupidez, para ganhar cinco segundos, quem sabe. Ele tem o sinal vermelho, ele vai ganhar o quê? Meio minuto. Então, põe em risco a vida alheia por nada, por absolutamente nada. Isso é inquietante para alguém como eu, formado na tradição racionalista. Leitor estudioso do Marxismo, e considerando-me mesmo marxista, é algo muito difícil de se admitir. É um pouco o lado inquietante do nazismo também, quer dizer, aquela bestialidade, que chega o momento em que não se explica mais por determinação econômica, por nada. Estabelece-se um “x” aí, como fator. Joga-se sempre nas costas da psicologia, que tem costas largas, tudo aquilo que é residual, que não tem explicação. Mas é isso. Há um lado de gratuidade, de estupidez nessa violência que é muito inquietante – para mim é inquietante – e que aumenta quando vou ao exterior, porque vejo que lá atravesso tranqüilo, e qualquer pessoa também. Até que ainda tenho, posso dar uma corrida, um pulo, um salto para trás. Há quem não possa, e a perplexidade de quem não pode, é terrível.

Claro que acredito, até para equilibrar a minha observação, acredito que o pedestre aqui é muito indisciplinado, porque, verdade também, nunca ninguém fez nada para que não o fosse.

Só uma observação, reconhecendo o fato, nunca ouvi falar de um pedestre que tenha atropelado um automóvel. Os dados são curiosos.

São Paulo, malgrado este fato, tem uma média anual estabilizada. Aumentou um pouco agora, no governo democrático, mas continua em torno das 2.500 mortes por ano. O caso de São Paulo não é o maior. O pior caso do Brasil é Manaus.

Há vários índices, mas, o geral, há certa relação com a diferença social.

A ditadura militar agravou o fenômeno, não tanto pelo que chamam autoritarismo. No trânsito, sou hiperautoritário, pois não há respeito à lei, não se respeita o outro, porque existe hiperliberalismo no trânsito. Isto é, cada um faz o que quer, desprezando os outros. O que falta é autoridade, isto é, respeito à lei, respeito à cidadania. Isso é o que não existe. Nisso a ditadura era extremamente anti-autoritária. Realmente, quem é rico, quem é insolente, quem é esperto, quem é desenvolto, faz o que quer. Neste ponto a questão é eminentemente democrática, lembrando aí, mais um pouco de etimologia, porque democracia quer dizer só uma coisa – soberania, poder, o termo grego *crathos*. Discute-se muito, mas, enfim... Não é nem o Governo, que governa muita coisa. Poder do povo, respeito à soberania do povo, respeito ao povo. Ser democracia é exigir respeito ao povo. Liberal, no sentido de deixar cada um fazer o que quer, isto aí, realmente, os 20 anos de ditadura já influíram amplamente. Então, a coisa se agravou, sem dúvida nenhuma, se agravou, seguramente, bastante. É a certeza da impunidade.

Vamos pegar um período, o último quarto de século. Corresponde globalmente com a ditadura militar, mas sem constituir inteiramente, nem creio que foram eles que inventaram isso. Constatamos que houve quatro processos por dano. Mesmo assim, se supormos 20 mil, ou 15 mil, quem sabe, subiu, não tenho aqui o gráfico. Enfim, está estabilizado em torno de 20 mil, pelo menos uns 6 anos. Multiplique-se, então, por 20 anos. Vamos ter 18 mil, como média, ou 17 mil. Vê-se qual foi o massacre. Foram condenadas quatro pessoas. Uma piada, é outra piada aqui. Na Faculdade de Direito de São Paulo, do Largo de São Francisco, fizeram até, sob forma de pantomima, uma farsa judicial, mostrando a indulgência do juiz, a indulgência da lei: primeiro, que o Código de Trânsito nosso é uma piada; a indulgência do corpo judiciário, sempre pronto a compreender o burguês – porque ele também dirige, ele também não deve respeitar muito o sinal. Então, há esta cumplicidade. No caso, ela leva a esses números, que são números realmente catastróficos e se estabilizaram nesse nível muito elevado sob a ditadura militar, porque a organização se efetivou, a produção do automóvel subiu consideravelmente, já desde o final da década passada – se eu disser uma tolice, corrija-me – já se estava quase a um milhão de carros há dez anos. Nossa produção se estabilizou em quase um milhão de carros por ano. Depois caiu com a recessão, a partir de 85. Já desde dez, doze anos, que 1 milhão de carros são lançados no mercado.

Então, o problema era emergente. A ditadura não fez nada, deixou chegar a este apodrecimento. Vemos que a insensibilidade do atual e dos governos de oposição, pelo menos os governos eleitos em 82, é muito grande também. Com uma ou outra fraseologia, do tipo de direito democrata-cristão, que é aquele negócio do Hanashiro, que não é mau sujeito, tentou-se fazer alguma coisa. Em inúmeros táxis por exemplo, há

um pequeno cartaz – quem é de São Paulo já viu: “Chega de atropelamentos. Respeite à sinalização”. O sujeito bota o papelucho. Como também não há sanção nenhuma, ele continua com o papelucho e tudo, continua atropelando. Só fica o papelucho do lado, como se isso resguardasse alguém. Ser atropelado por um carro onde está escrito “respeite o pedestre”, e ser atropelado por um carro onde não está escrito, não modifica nada.

Esta é a situação.

Ainda acrescentaria mais alguns dados. Como estou vendo que o relógio não pára enquanto falamos, acrescentarei alguns poucos dados.

Em termos de comparação internacional, a medição se faz por dois critérios, e não sou especialista em trânsito, longe disto. Como os filósofos, sou especialista em generalidades. É por isso que falo em trânsito. No caso, há dois tipos – os mais usuais – de variáveis que se utilizam: pedestres e a frota de veículos em circulação. A população é mais grosseira, porque, evidentemente, tudo depende de qual é a frota de automóveis. Não é à toa, justamente porque no Brasil há muito menos automóveis por número de habitantes do que um país altamente industrializado. No Brasil, parece-me que a cifra é um automóvel para cada doze pessoas. Em países como os Estados Unidos e Japão, nos Estados Unidos, sobretudo, é uma pessoa para três automóveis.

Para efeito da nossa comparação, ninguém dirige ao mesmo tempo três automóveis. O parâmetro seria uma pessoa/um automóvel, hipótese que se pode considerar como existente nesses países muito industrializados. Não existe no Brasil, é um para doze.

Então, quando pegamos essa cifra que falei – vinte mil por ano, com a população de 120 milhões – se a compararmos com outros países, não dá número muito arrasador, tão devastador. Por exemplo, a Espanha deve estar com 40 milhões de habitantes, tem 6 mil mortes no trânsito. Então, a comparação não é desonrosa para o Brasil. Ao contrário, seis, doze, dez, oito, quer dizer, tem três vezes mais habitantes. Onde a comparação fica desastrosa, é quando se compara o número de automóveis em circulação com o número de acidentes. O próprio Hanashiro, secretário da prefeitura no mandato Mário Covas, fez uma viagem ao Japão, e estava lembrando que em Tóquio, para cada 10 mil automóveis, a unidade de comparação – a unidade que serve de parâmetro é 10 mil –, em Tóquio para cada 10 mil automóveis em circulação, morre 1,1 pessoa por ano. Em São Paulo, 12,2.

Realmente, é algo revoltante. Por que têm que morrer no trânsito 12 vezes mais pessoas em São Paulo do que em Tóquio? E com um parâmetro muito mais fiel, o parâmetro da quantidade de veículos. De 1,1 para 12,2, é o que é a barbárie da nossa vida urbana, do nosso caos urbano. Sendo que Tóquio não é a cidade ideal. Já li artigos sobre Tóquio. É uma cidade “barra pesada” em certo sentido. Evoluiu recentemente. É uma cidade com muitos problemas, com muita pobreza também, não a pobreza nossa, é claro, num outro nível de vida, uma cidade com muitos problemas.

Nova Iorque é conhecida como uma cidade violenta, uma cidade de ódios, de ódios profundos, ódios étnicos, motivados pelo racismo da sociedade americana e por outras coisas mais. Seu índice é 2,3. Então, Tóquio 1,1; Nova Iorque 2,3; São Paulo 12,2.

Quando se chega a outras cidades como Manaus, São Luís do Maranhão, onde realmente existe mais desigualdade social, mais desrespeito, lá o cara de carro é mais difícil de ser punido, então, a coisa sobe para 40,45, comparado com 1,1 em Tóquio. Cerca de 45 mortes/ano para cada 10 mil automóveis em circulação.

Tenho um último dado, sobre o tipo de acidente, que para mim revela o caráter de classe no Brasil, a sua não inocuidade, e se explica, justamente por que não existe punição para o burguês, porque os que punem são burgueses também. São muito compreensivos, no modo amabilíssimo como tratam os infratores, os mais criminosos... É o tipo de acidente, quer dizer, a *causa mortis*. Vitimas de trânsito, há várias possibilidades: morto na estrada, morto na cidade, etc.

Internacionalmente, comparando Espanha e Estados Unidos, é a mesma cifra. A diferença é de menos de um ponto percentual. Pode-se dizer, está em torno, ligeiramente os pedestres atropelados. Em cada 100 mortos no trânsito, em torno de 20, 21 pedestres atropelados. De 1 para 5. Portanto, 20, 21. No Brasil é 65 – em cada 100 mortos no trânsito, 65 são pedestres atropelados.

Não é possível mais eloqüentemente colocar esta questão do desprezo, do descaramento sistemático do automobilista e que – não são todos, é claro, há gente que respeita – atinge largas camadas da classe dominante ou daqueles que lutam, ou mesmo que faz a luta de classe. Pelo contrário, ele aí se vinga. Não chega a ser um ideal de civilidade. A diferença estatisticamente é significativa. Não é coincidência. É desprezo mesmo.

E curioso, só a última consideração, a quantidade atinge também o meio de comunicação. Por exemplo, o sr. Abi-Ackel lançou aquela coisa – a lei existia desde 68 –, o uso do cinto de segurança, etc. É bom usar-se cinto de segurança. Uso-o na estrada sistematicamente. Em cidade não; admito que não, até porque uso carro mais devagar, mas uso na estrada, porque de fato funciona. Como se acostumou, crianças se põe atrás, são coisas elementares, qualquer lugar sabe, só aqui que ninguém sabe: se se muda de direção usa-se a lanterna; criança se põe atrás, não deixa ir na frente, essas coisas que não se usa, pois garanto que ninguém ensina, porque lá vem um guarda, pára etc. Aqui a polícia não está a serviço da civilidade, todos sabemos, e comprovamos a cada instante, a cada momento. Eu mesmo sou ignorante.

Nesta questão, o que foi realmente mais sintomático, o único esforço feito em período recente foi o cinto de segurança, que é, inclusive, uma coisa para o automobilista. Não se disse nada, uma palavra nunca, um esforço

sistemático para proteger o pedestre. Ainda assim o cinto caiu. É sempre a questão do cinto, para proteger o cara que está de automóvel.

COORDENADOR (João Gabriel Teixeira) – Obrigado Quartim. Com a palavra o Dr. Edward MacRae.

EDWARD MACRAE (USP) – Vou agora pular para outro assunto bastante diferente. Gostaria depois de discutir com você uma coisa que acho interessantíssima, importantíssima.

É ótimo, é a primeira vez que vejo discutida, num lugar assim, essa questão. Também tive uma longa vivência, não por força maior, na Europa. Assim, me choca essa coisa de na Inglaterra as travessias de pedestres não têm farol, não têm nada, mas há um sinalzinho lá que pisca e o pedestre bota o pé na faixa e tudo pára. Parece mágica. Quando cheguei lá a primeira vez, às vezes eu fazia só para ver, punha o pé e parava.

Fui convidado a falar sobre “Os Homossexuais e a Construção da Cidadania”. Acabo de fazer uma tese a respeito do surgimento da identidade homossexual como categoria política. Assim, vou fazer uma rapidíssima retrospectiva de algumas das minhas idéias a respeito e, depois, discutir um pouco mais esta questão.

Lembramo-nos como na década de 70, nos três quartos da década de 70, com a vigência de uma censura férrea, com a derrocada da luta armada, com todo um espírito ufanista – Brasil grande – que havia na classe média, e numa grande porcentagem da população, que, às vezes, esquecemos achando que era tudo contestação; de fato havia um conservadorismo muito forte na sociedade. Nessa época, a única forma de contestação permitida e mais bem-sucedida foi aquela a nível cultural. Lembramo-nos da importância que teve, numa hora dessas, Chico Buarque, Caetano, o Teatro Oficina, esses acontecimentos, que geralmente usavam uma linguagem cifrada, um uso de imagens ambíguas para promover essa idéia, essa contestação do *status quo*. Paralelamente também surgiu, não só no Brasil, pois isso é uma coisa bastante generalizada em todo o ocidente capitalista, uma exaltação da marginalidade. Sentia-se que o esquema estava podre. Então, o que era bom era o que estava fora do sistema. Vimos, então, os *hippies*, a explosão do uso de drogas, aqui no Brasil, um crescimento do interesse, por parte da classe média urbana, pelas religiões afro-brasileiras, a imprensa alternativa se colocando como alternativa, como marginal.

Como estava dizendo, a contestação que passava por aí era uma coisa ambígua, que cultivava a ambigüidade e há muito o uso do carnaval como uma metáfora para a revolução. Como é que seria uma revolução pouco elaborada? Seria um carnaval, que era o máximo que se podia falar. Aí, surge um monte de espetáculos teatrais, músicas, etc. E também foi interessante em São Paulo. Não me lembro se em 73, 74, pois surgiu primeiro no Rio – eu morava em São Paulo, na época, e senti lá mais o efeito

– o grande sucesso do grupo teatral Dzi Croquetes. Assim, de repente, eles bagunçavam tudo. A mensagem deles era de ambigüidade total, o próprio espetáculo teatral era uma coisa que mudava de dia para dia, e eles se propunham a ser uma coisa completamente indefinível, uma série de formas, inclusive na questão do vestuário, da apresentação dos papéis de gênero, que eram questionados, como várias outras também eram. E foi essa questão do questionamento do papel de gênero, do uso assim, da imagem masculina – o Dzi Croquetes era formado só por homens, vários deles com os corpos peludos, bigodes, barbas, uma imagem muito masculina, homens que apareciam, assim, de repente, vestidos com roupa de mulher, cobertos de purpurina em cima dos pelos e da barba, era um questionamento, uma contestação, tanto da imagem masculina quanto da feminina. E foi justamente uma das coisas que a imprensa pegou e que fez um grande sucesso de público em geral – os Dzi Croquetes –, essa idéia da androgenia, que eles próprios logo começaram a questionar, a rejeitar, porque achavam que era simplesmente uma forma de consumi-los, de acabar com essa coisa totalmente indefinida, de dar uma definição qualquer para eles. Foi muito importante essa idéia da androgenia, o questionamento dos papéis masculino e feminino. Caetano, quando voltou do exílio, fez aquele primeiro show, em que apareceu, a certa altura, vestido meio de Carmen Miranda, com batom que foi um escândalo também. E daí, os “Secos e Molhados” mais tarde. O começo de Ney Matogrosso, o primeiro show do Ney Matogrosso foi uma coisa eletrizante, chamava-se “Homem de Neanderthal”. Depois foi completamente enquadrado e consumido. Hoje, lembrando, vendo em termos atuais, já não parece uma coisa tão revolucionária, mas, na época, especialmente nesse contexto de total sufoco, era algo muito forte.

Nessa época havia em São Paulo – não devia ser só São Paulo, falo São Paulo porque é o espaço que conheço – à noite, havia um agrupamento dos marginais, tanto políticos quanto econômicos, acadêmicos, artísticos. As pessoas iam para os mesmos bares, os mesmos restaurantes, havia um cruzamento de idéias bastante interessante nessa época, que afetou também a visão dos políticos de esquerda, das pessoas mais engajadas na esquerda que ainda restavam no Brasil. Começava a haver o questionamento de certos dogmas meio rígidos deles e, por outro lado, isso também levou a certa consciência mais política esses grupos sexuais, marginais. Naquela época – um parêntese rápido –, até meados de 70, mesmo em lugares como São Paulo, na classe média mais artística, num grupinho pequeno, mais intelectualizado, mesmo nesse grupo ainda persistia a categorização da homossexualidade como ente ativo ou passivo, a “bicha” e o “bofe”, a “bicha” e o “machão”. O “machão” seria aquele que “come qualquer coisa que dê sopa, qualquer coisa que passa por perto e dá uma bola para ele”, tem a obrigação de ir lá e abordar, geralmente mulheres, mas, se de repente pinta um “bichinha”, ele vai lá, transa com a

“bichinha”, e conta depois para os amigos, e todo mundo dá risada, acha ótimo e a imagem de virilidade dele não é afetada. Aliás, isso continua bem difundido no Brasil inteiro. Era a norma na época. Quem era normalmente, nos olhos gerais, visto como homossexual, como ente estigmatizado era o passivo. O ativo, muita gente nem considerava homossexual. Ele mesmo não se consideraria homossexual geralmente. Daí, era esta situação que persistia generalizada pela sociedade, mesmo nas classes mais educadas.

Esse período de que estou falando foi muito importante, pois começaram a surgir idéias mais de igualitarismo, basicamente de igualitarismo. Então, começou-se a pensar que, de fato, tanto o machão que transava com a “bicha”, quanto a “bicha”, os dois seriam homossexuais. Daí apropriou-se a imagem médica que já existia, mas tinha sido sempre restrita a uma camada extremamente erudita, médica, de psicólogos, esse tipo de gente. Então, esta é também uma época de grande ênfase dada a idéias de igualitarismo, como eu estava dizendo, e de comunitarismo, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo. É só pensar nas comunidades *hippies* que foram formadas no campo, nos Estados Unidos e em alguns lugares da Europa também. E a política estudantil, de que participei na Inglaterra. Na época havia um grande questionamento da estrutura leninista, de organizações de esquerda. Surgiram uma porção de grupelhos independentes, que se chamavam *new left*, que rejeitavam a idéia de centralismo democrático, às vezes rejeitavam qualquer idéia de representação lá dentro, qualquer tipo de hierarquia, todos eram iguais, todos tinham que falar por si e ninguém tinha direito de falar por outras pessoas. Ainda nesse período, surge o questionamento, em parte, do processo, o questionamento das formas. Como as questões raciais, a questão da mulher era sempre relegada para um segundo plano; para depois da revolução. O importante seria primeiro fazer a luta de classes.

Todas as coisas começaram a ser questionadas fora do Brasil e, aos poucos, aqui dentro também, especialmente depois da vinda de um grande grupo de pessoas que estavam exiladas e que, nesse período de exílio, tiveram oportunidade de contato com outras idéias européias e americanas. Aqui também essas idéias eram discutidas. No jornal *Lampião*, por exemplo. Esse era um jornal muito interessante, muito criativo, uma espécie de *Pasquim gay*. Insistiam em trazer a linguagem do gueto *gay* para a imprensa, usava-se muito a palavra “bicha”, uma palavra que é usada entre os homossexuais, meio equivalente – creio – ao termo americano *nigger*, que os americanos negros usam entre si, mas aí do branco que for chamar o negro de *nigger*. Houve certa desmistificação, um pouco, dessas palavras que eram usadas de forma muito agressiva. E as preocupações do gueto *gay*, do tipo “qual é o melhor lugar para ‘pegação’ no Rio de Janeiro?” as qualidades dos michês, dos prostitutas, ou as delícias da masturbação, esse tipo de discussão que nunca tinha sido levantada como uma coisa digna. Até então no máximo só apareceria com uma ligeira diferença, como uma

perversão, como uma coisa de decadência, alguma coisa assim era levada a sério. Tinha-se isso numa página, daí, na outra página, tinha-se uma longa discussão sobre a reunião de algum congresso negro. Tudo junto. Foi uma coisa muito interessante e que incentivou bastante a idéia de que a questão sexual era política.

O Lamião lançou essa idéia, que foi tomada. Daí, até hoje temos um número grande, agora talvez esteja declinando um pouco, mas, até o ano passado, em qualquer lugar ocorriam debates de “minorias”. As “minorias” eram sempre as mulheres, os negros, os homossexuais. Sempre iam juntos lá, foi uma idéia que pegou. Houve o surgimento dessa discussão, isso tudo no contexto da “abertura”. Quando a censura começou a se abrandar, mesmo ainda dentro de um sistema bastante repressivo, era possível discutir certas questões, era possível pensar em se organizar de uma forma que não era tão perigoso assim. Ainda era no começo. Comecei a estudar o grupo “Somos” de São Paulo, no seu início, em 1978, começo de 79. Embora não fosse perigosíssimo, havia ainda uma preocupação quando as pessoas se reuniam: será que há algum agente infiltrado, será que de repente a polícia não vai baixar e prender todo mundo? Nisso havia uma constatação da realidade e também certa supervalorização da importância da contestação que estava sendo levada a efeito. Depois “Somos” de São Paulo, surgiu o “Somos” do Rio de Janeiro, surgiram uns 20 grupos no Brasil inteiro, levando a questão homossexual de um ponto de vista político. Esses grupos eram filhos da sua época e refletiam muito toda essa discussão do combate ao centralismo, à hierarquia, à representação. Como ponto básico, a idéia central dessas organizações era que tudo tinha que ser resolvido por consenso e que o grupo seria uma comunidade de iguais, e que essa comunidade de iguais não teria fronteiras muito claramente demarcadas. Qualquer pessoa que se classificasse como homossexual seria bem-vinda ao grupo e, depois de assistir a uma ou duas reuniões, depois que começasse a entender como funcionava o grupo, ele já poderia intervir e a sua intervenção tinha o mesmo peso da intervenção de um dos fundadores do grupo, porque achava-se que aquilo era simplesmente um pedaço dos homossexuais, que eram todos iguais, estavam reunidos, mas os que não estavam lá também pela ideologia seriam iguais e teriam todo o direito a participar. Isso causava, claro, problemas imensos, práticos, porque, mesmo com toda uma retórica anti-hierárquica, é claro que acabava surgindo uma hierarquia informal, porque nem todo mundo, em primeiro lugar, tinha tempo disponível para assistir às reuniões no auge desse período de politização da questão, 79, primeira metade de 80. No “Somos” de São Paulo havia reuniões toda noite. Sempre havia um subgrupo se reunindo para uma coisa, uma comissão de não-sei-o-quê se reunindo para outra coisa. As próprias reuniões tinham um grande componente de sociabilidade, era o lugar a que as pessoas iam para conviver com outras pessoas iguais, com quem compartilhavam idéias, para paquerar, para

transar, para arrumar amigos para sair juntos. Especialmente a população homossexual. Vemos isso também nos grupos feministas. Não sei como eram os grupos negros, mas até imagino que talvez tivessem também esse componente. A sociabilidade que o grupo oferecia era um dos grandes atrativos. Especialmente na questão dos homossexuais, que sempre se sentiram marginalizados, que tinham um grande problema de auto-aceitação, de autodesvalorização. Aí, nos grupos, finalmente sentiam que encontravam um lugar onde a homossexualidade deles, que sempre tinha sido vista como uma coisa negativa, ali era valorizada e, quanto mais “bicha” a pessoa fosse, mais “autêntica” era considerada. Era muito gratificante essa participação nesses grupos. Surgiam muitas pessoas. Nem todos tinham tempo disponível para participar toda noite. Nem todos tinham uma vivência estrangeira, onde estas discussões já tinham sido levantadas antes, ou tinham acesso a publicações. No começo, se pensava: então, vamos fazer a política homossexual. O que é isso? A própria palavra “homossexual”, era questionada, ainda havia gente que pensava mais em termo de “bicha”, de “bofe”, algo assim. Havia muita coisa a ser discutida, coisas sobre as quais hoje já se têm bastante consenso e que, já estamos cansados de ler na imprensa a respeito. Entretanto, na época ainda tinham que ser elaborados em termos brasileiros e só havia umas poucas pessoas com vivência estrangeira que já tinham algumas idéias mais bem concebidas.

Essas pessoas que tinham mais tempo, que tinham mais leitura, as pessoas que falavam melhor, as pessoas geralmente mais carismáticas, muitas vezes as mais bonitas, as mais “tesudas”, coisas assim, eram fator importante de diferenciação e acabavam estabelecendo uma hierarquia que, por ser informal, era completamente inquestionável. Então, tinha-se essa ideologia de que não havia hierarquia, de que era todo mundo igual, mas, de fato, lá dentro não era. Às vezes, pessoas que questionavam certas coisas que eram meio dogmas do grupo chegaram a ser expulsas, mas nunca oficialmente, mas expulsas vigorosamente. Em outros casos, eram simplesmente marginalizadas, elas falavam e ninguém prestava atenção, era como se elas não existissem. Daí elas iam perdendo o interesse. Era uma questão bastante problemática esse tipo de organização.

Havia também essa ênfase no consenso, tudo tinha que ser resolvido por consenso, o que levava, em primeiro lugar, a uma manipulação, novamente, por essa tal de hierarquia informal, que tinha sido resolvida uma vez. No começo do grupo “Somos”, quando foi fundado, se chegou ao consenso, entre algumas poucas pessoas fundadoras, que tudo tinha que ser feito por consenso. Daí, quando o grupo cresceu, o que aconteceu? Originalmente, a idéia de uma política homossexual era uma coisa muito estranha. Então, poucas pessoas no início se aproximaram. Depois, em 79, o movimento homossexual, que seria um agregado desses 20 grupos, começou a atrair muito a atenção da imprensa. Os primeiros espaços que o

movimento na imprensa conseguiu foi na imprensa alternativa. Daí, essa questão de politização do cotidiano da sexualidade atraiu bastante gente que já estava na militância política de esquerda anteriormente, que tinha toda uma visão diferente dessa visão a que eu chamaria de libertária, ultralibertária. Essas pessoas entraram também no grupo e já entraram com outras idéias, idéias bastante interessantes. Não estou querendo dizer que uma era necessariamente melhor do que a outra, mas havia, cada vez mais, uma diversidade ideológica que era um problema. Começaram a sugerir: “não vamos mais discutir tudo por consenso”. Só que, para resolver que não se ia mais ter que decidir tudo por consenso, era necessário haver um consenso, o que era pura manipulação. Insistiu-se muito: “não, não podemos decidir acabar com a exigência de consenso a menos que todo mundo queira isso.” Então, a velha elite e a hierarquia informal conseguiram, assim, se impor, justamente por esse mecanismo que seria ultrademocrático.

Começou a haver uma série de problemas, como resolver essas questões de divergência, de não-igualdade lá dentro. Tudo isso acabou levando a uma série de brigas e a um racha no grupo. Havia também brigas entre os vários grupos que compunham o “Movimento Homossexual” pois cada grupo tinha uma idéia ou uma série de idéias que eram prezadas, muitas vezes por causa da influência de alguns indivíduos, pois que esse tipo de organização se presta a essa dominação pelo carisma. Eles brigavam entre si, o que acabou desprestigiando toda a idéia de um movimento homossexual.

Até então a grande atração para a população homossexual, em geral, desse tipo de movimento, era ser um lugar de sociabilidade. Inicialmente muita gente entrou declaradamente, para encontrar um namorado, uma namorada, ou amigos... Quando ficou um horror, brigas assim terríveis, todo mundo se odiando, porque no começo todo mundo se amava, depois de uns meses, de um ano, todo mundo se odiava, daí deixou de ser atraente. Vemos esse período como de maior liberalização da sociedade em geral. O chamado gueto comercial *gay* – os bares, saunas, boates, publicações, basicamente pornográficas – foram crescendo, surgindo e oferecendo novos espaços de sociabilidade muito mais atraentes para aqueles que não tinham motivação política profunda. Daí, essa coisa de ficar sentado, assistindo reunião, horas e horas a fio, era chatíssimo para muita gente. Então, aos poucos o movimento homossexual perdeu o seu charme inicial e os grupos foram-se acabando, era muito difícil conseguir recrutar pessoas novas.

Hoje em dia, o Movimento Homossexual persiste, há grupos, mas são poucos e tendem a ter relativamente poucas pessoas atuando neles.

O movimento homossexual teve e continua tendo uma importância muito grande, pois a idéia que se faz sobre a homossexualidade mudou, em geral, na população, pelo menos na população que é atingida pelos meios de comunicações de massa, porque se publicou muito a respeito. Para publicar

artigos mais favoráveis, menos pejorativos sobre a questão homossexual, era preciso que o repórter tivesse um interlocutor, uma pessoa que fosse entrevistada e pudesse falar essas coisas. Era preciso haver alguém que levantasse as questões, para depois serem divulgadas essas opiniões. Isso o movimento homossexual fez muito bem e até hoje continuam esses grupos, mesmo que sejam fracos, tenham pouca gente, às vezes até uma coisa que não se sabe se continua existindo ou não, as reuniões são irregulares, mas servem como focos geradores de opinião, geradores de entrevistados para os meios de comunicação divulgarem essas idéias.

Nesse período o movimento homossexual teve uma importância muito grande no sentido de uma integração da população homossexual na população em geral. Integração em vários níveis. O movimento homossexual se colocava como ferrenhamente anti-autoritário, antipartido e certamente anti-Estado, que era como um monstro que estava aí, autoritário, etc., etc. Aliás, a idéia não é minha, por exemplo, Ruth Cardoso, Eunice Durhan e outras pessoas têm discutido sobre os movimentos sociais urbanos, têm apontado como isso acontece, e eles acabam levando a um diálogo com o Estado. Podemos ver o caso de uma campanha contra a violência policial que ocorreu em 1980, em São Paulo. É uma coisa que sempre acontece, continua acontecendo. Foi um período que, por uma série de razões, teve maior repercussão e, talvez, foi um pouco mais rude do que o normal, uma chamada operação limpeza do centro da cidade, quando prostitutas, homossexuais, desocupados em geral, e o tal do Richetti, o delegado Richetti era a pessoa que estava promovendo essa operação no centro de São Paulo. Organizou-se uma campanha, que contou com a participação e apoio do Movimento Feminista, vários grupos feministas de São Paulo, de algumas pessoas ligadas ao jornal *Em Tempo*, juntamente com outros jornais alternativos que continuavam, que ainda existiam e que também já estavam sumindo, o Movimento Negro, que tinha como uma de suas plataformas a luta contra a violência policial, que afeta principalmente os negros. Sinceramente, creio que essa campanha foi levada mais pelos homossexuais, porque incidia bastante numa área que era basicamente freqüência homossexual. Era também contra as prostitutas, mas estas não se organizaram tanto. Foi mais uma questão das feministas, que seguraram e levantaram a questão da prostituta. Houve uma passeata, o tal do Richetti foi chamado, houve pressão sobre a Assembléia e alguns deputados do PMDB e outros que depois iriam formar o PT chamaram, convocaram o Richetti para uma espécie de interrogatório pela Assembléia. De fato, os deputados não podiam fazer nada. Não houve nenhuma sanção contra o Richetti, mas foi uma chamada de atenção, que saiu nos jornais, etc. Enfim, se abrandou um pouco essa tal de operação limpeza.

O que aconteceu, em termos de integração na sociedade o que isso representou? Para muita gente do Movimento Homossexual foi a primeira

vez que eles pisaram na Assembléia Legislativa, que eles conversaram com um deputado, que eles começaram a tomar conhecimento de como realmente funcionava aquilo, dos poderes limitados da Assembléia com relação ao Executivo, etc. Daí as pessoas começaram a ter um trânsito, estabeleceram-se canais de contato com os deputados. De um lado, havia essa rejeição de um aspecto do Estado, representado pela polícia, pelo Richetti; por outro lado, houve esse entrosamento maior com o Legislativo.

Mais tarde, houve uma outra campanha. No Brasil, pelo menos desde a época republicana, nunca houve legislação proibindo a homossexualidade. A figura do homossexual não existe nos códigos brasileiros, ou, se existe, é de forma muito branda, muito marginal, que não ocupa uma posição importante, nem para falar bem nem para falar mal. O único lugar em que havia algo mais oficial desprestigiando a homossexualidade seria o código oficial, o Código de Doenças do INAMPS, que segue fielmente um código elaborado pela Organização Mundial de Saúde, e lá a homossexualidade era categorizada, entrava numa categoria como desvio e transtorno mental, sexual, uma coisa assim, e o homossexual tinha um número: 302.0; houve, mais tarde, toda uma campanha, promovida originalmente pelo "Grupo Gay da Bahia", e encampada por todos os outros grupos ou alguns ex-militantes desses grupos, que talvez já se estavam esfacelando e que conseguiram levar a questão para a sociedade. Fez-se um grande abaixo-assinado, conseguiu-se a assinatura do Montoro, do Darcy Ribeiro. Representantes de Assembléias Legislativas de vários Estados e de Câmara de Vereadores, apresentaram moções repudiando esse código do INAMPS. Houve toda uma discussão, que também serviu como legitimação da homossexualidade. Finalmente, em fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina emitiu uma recomendação para que não fosse mais usado esse código. Como para mudar tudo é uma questão muito complicada, e havia toda uma ligação também com a Organização Mundial de Saúde, não se muda tudo da noite para o dia, o Conselho Federal de Medicina fez uma recomendação, que a partir de então não seria invocado o 302.0, para rotular, de alguma forma, o homossexual. Um psiquiatra, trabalhando para o INAMPS, quando tem um paciente que é homossexual, de alguma forma, o médico tem que colocar aquilo nas coisas que ele faz, para burocracia. Agora, estaria classificado em outro grupo onde está também desemprego, etc. Seriam questões sociais que podem provocar *stress*, por exemplo. Não há nada a ver com uma essência dela, uma patologia, é uma coisa muito mais branda.

Então, agora essa questão do 302.0 já não seria mais invocada.

Em 1983, também o Grupo Gay da Bahia, e mais tarde um grupo do Rio de Janeiro, chamado Triângulo Rosa, conseguiram registros oficiais como grupos homossexuais. Até então, esses vários grupos, para conseguir Caixa Postal, para conseguir uma série de coisas, às vezes para alugar uma sede, tinham que se constituir de alguma forma como entidades. Mas

acabavam se constituindo como entidades culturais, recreativas, sem mencionar a palavra homossexual. O Grupo *Gay* da Bahia forçou a barra e se colocou como “grupo homossexual”. Houve toda uma luta judiciária, que eles acabaram ganhando, e foram oficialmente registrados como um grupo homossexual. Isso abre um precedente bastante interessante, logo seguido por esse grupo do Rio de Janeiro, o “Triângulo Rosa”.

Finalmente, outro exemplo de como se integrou como se legitimou a homossexualidade e essa coisa meio ambígua. O resultado disso foi em 83 – logo após a posse do Governo Montoro, justamente coincidindo com o aparecimento da Aids no Brasil, com a morte do Markito, e todo um pânico inicial, que no começo era restrito mais à comunidade homossexual – pessoas, ex-militantes do “Somos” de São Paulo foram conversar com o representante da Secretaria da Saúde, falar sobre o sério problema que era a questão da Aids. Foi também um concatenamento de uma situação especial naquela época, um novo governo democrático se estabelecendo, que queria fazer uma diferenciação com o que tinha havido antes. Também estavam procurando temas novos. Foi perfeito, normalmente não é tão bem-sucedido assim um *lobby* desses grupos, mas eles chegaram lá conversaram com representantes da Secretaria de Saúde e em questão de semanas, já tinha sido formado todo o grupo lá em São Paulo, dedicado basicamente a combater a Aids, e que depois deu origem a um grupo hoje em dia dos homossexuais masculinos – não é um grupo que se declare de homossexuais, mas grande parte dos seus integrantes eram homossexuais –, o grupo GAPA – Grupo de Apoio e Prevenção da Aids. Foi formado como um grupo que não seria ligado à Secretaria de Saúde, mas trabalharia ao lado, e que também poderia, por ser independente, criticar a própria Secretaria. Esse grupo tem feito um trabalho interessante de divulgação – dos modos de se lutar contra a Aids, de prevenir a Aids, etc. Interessante, se formos considerá-lo como um grupo *gay*, constitui uma reversão, uma mudança de 180 graus na direção em que iam os discursos da militância homossexual. Enquanto antes se questionava claramente o discurso médico, que era visto como algo que rotulava os homossexuais como doentes, a partir de agora o GAPA está aí difundindo justamente as idéias que saem do meio médico, a respeito de prevenção da Aids. Antes uma militância *gay* incluía uma exaltação da promiscuidade – quanto mais pessoas com quem se trepasse, melhor; a idéia de “caso” de casais, era considerada uma coisa reacionária, “careta”. Havia casais homossexuais dentro desses grupos, mas talvez o grande modelo fosse o “casal aberto”, transando ao máximo. Agora o GAPA – não estou questionando, só estou constatando essa diferença que ocorre agora – está divulgando um discurso antipromiscuo. Está, então, divulgando o discurso médico, está fazendo parte do sistema constituído.

Algumas considerações sobre o que a Constituinte pode fazer em relação à homossexualidade.

É muito importante manter clara nas nossas cabeças aquilo que o movimento homossexual, em geral, tentou evitar ver, que a população que podemos chamar de homossexual é muito heterogênea. Em primeiro lugar não existe uma essência homossexual. É muitíssimo difícil dizer-se: fulano é homossexual, sicrano não é, a partir de testes psicológicos, a partir de exames genéticos. Já se fizeram muitos trabalhos por aí tentando definir uma essência biológica ou até uma essência psicológica do homossexual, os quais, geralmente têm dado com os burros n'água. Um grupo de pesquisadores faz uma constatação, depois outro grupo faz uma constatação absolutamente contrária. A questão está muito difícil de se resolver nesse campo e tudo isso leva a confirmar bastante, na minha experiência, do meu conhecimento da população homossexual, que realmente a questão homossexual ou o homossexual é mais uma questão de rotulação, é mais uma criação social do que uma coisa psicológica ou genética, porque não há uma coincidência. A população bissexual é muito grande. Então, se torna muito difícil pensar que há um “heterossexual” ou “homossexual”. Há muitas pessoas que são consideradas “homossexuais”. Esse grupo que tem práticas homossexuais é muito heterogêneo, desde esses *gays* militantes e igualitários, anti-hierárquicos, etc., temos as “bichas” que continuam aí, que gostam de transar com chofer de caminhão e se são maltratadas isso daí é melhor ainda, ou então, sei lá, há os que exibem um componente masoquista talvez há o travesti, o “michê”, o prostituto, esse tal de “bofe”, de “machão”, que transa ocasionalmente com uma “bicha”, mas não se considera homossexual. Há uma variedade enorme.

É muito perigoso tentar fazer uma legislação que vise diretamente o homossexual, porque isso é uma ficção e há o perigo de se colocar uma camisa-de-força na sexualidade hiperdiversa humana. Vi, tempos atrás, um projeto de lei para proteger os homossexuais. Tinha uma série de coisas muito interessantes, que são necessárias, alguma forma de defender as pessoas contra a discriminação no emprego, na moradia, etc. No entanto, eles também punham um dispositivo para proteger contra qualquer tipo de ridicularização, censurar qualquer tipo de apresentação de travesti. Coisas tipo Chico Anísio “Painho”, essas coisas seriam censuradas. Isso é perigosíssimo. Como a lei Afonso Arinos é muitas vezes usada contra os próprios negros, qualquer “bichinha” que saísse rebolando na rua poderia ser presa por um policial, que diria que ela estava denegrindo a imagem do homossexual, ridicularizando o homossexual. É verdade. Os travestis poderiam sair prejudicados.

É mais importante pensar-se em termos de legislação que proteja uma diversidade da sexualidade humana do que proteger diretamente o homossexual. É importante combater essa discriminação a que me referi rapidamente, e talvez pensar em termos de que se criar mecanismos que levem à possibilidade de contratos alternativos ao casamento. Não estou propondo um casamento para os homossexuais, mas algumas coisas que

preencham algumas necessidades legais. Por exemplo, em questões de previdência social, seguro, herança, coisas que são de ordem prática, do dia-a-dia, e que atrapalham a vida de muita gente. Seria interessante pensar um pouco. Não tenho sugestões acabadas, mas é o tipo de coisa em que se poderia pensar. Também seria interessante discutir um rebaixamento na idade que determina a emancipação sexual. Talvez passássemos de 18 para 16 anos, como ocorre em vários outros países. (Palmas.)

COORDENADOR (João Gabriel Teixeira) – Gostaria que o Dr. Gregório retomasse uma questão que, se não me engano, é colocada por Marcuse como “o caráter revolucionário das perversões”. Lembro-me de uma passagem, de uma situação em que ele coloca que, na verdade, o movimento homossexual luta em torno de realização de uma coisa que ele chama a “grande recusa”. Seria a recusa de constituir família, de reproduzir, e no sentido de não permitir ser simplesmente um cooptado ou repetitivo membro do sistema.

GREGÓRIO BAREMBLITT (Psicanalista/RJ) – Unicamente posso tentar acrescentar que, depois de uns 30 anos, mais ou menos, de certa militância política, ideológica e profissional, me tornei bastante eclético. Neste sentido, em termos de estratégia tática, respeito todas as propostas, à medida que tendam a um objetivo. Geralmente penso em termos de programas máximos e programas mínimos. Não respeito nenhuma proposta, por mais reformista que pareça, em relação a um programa máximo. Por exemplo, a questão que atravessa todas as polêmicas políticas atuais é a questão de que o povo dessa imensa diversidade não só sexual, também sexual, mas o povo, com um universo aberto de singularidades, de multiplicidades *versus* o Estado, essa polêmica é também passível de tratamento máximo e mínimo. O tratamento máximo – entendo, e não é novidade, só repito – que o Estado deve desaparecer, porque o Estado não é a sede central do Governo Federal em Brasília. O Estado está entronizado e introduz-se em todos os atos da vida, inclusive nas funções fisiológicas, anatômicas e cíclicas. Vê-se de uma forma estadual, se gosta de uma forma estadual, se crê numa forma estadual. Então, utilizando as categorias de minha disciplina historicamente, a verdadeira oposição, a contradição principal, segundo este ponto de vista, é a contradição entre uma estrutura paranóica e uma diversidade fluida, que poderíamos chamar de esquisóide: que centraliza, a que subordina, a que corta tudo aquilo que não se pode aproveitar e aproveita tudo o que pode para a acumulação, a concentração e a eliminação, que é esse setor cuja tendência atravessa toda a história, diz respeito às singularidades, às diversidades, às idiosincrasias, à multiplicidade. Quando se propõe, por exemplo, enfatiza a atuação operante dos

municípios, se está fazendo um trabalho de descentralização, um trabalho de participação de certa categoria das bases no posicionamento do centralismo estatal, quando se reivindica, por exemplo, a singularidade homossexual, concordo que fazer disso uma essência. Somos colegas, somos capazes de fazer uma coisa assim. De qualquer maneira, nos Estados Unidos, que têm 25 milhões de eleitores homossexuais, são qualificados de homossexuais, mas muito respeitosamente, porque já têm achado um modo de participar do poder.

Questionar sobre a estrutura do trânsito. Estive recentemente numa mesa-redonda com o dr. Brandão Monteiro – secretário dos Transportes, com o diretor do DETRAN e um delegado de polícia. Fez-se uma análise muito bem apresentada, que foi enriquecida aqui, relativamente a esse esforço do trânsito, não como reflexo, não uma expressão da paranóia estatal-centralista-militar, e sim como uma engrenagem dessa maquinaria que não representa nem expressa – porque tem um dever: participar dela, mas injustamente.

Gostei muito de estar aqui. Houve a análise da singularidade homossexual, uma análise da problemática de um povo que tem de renunciar a seus direitos de cidadãos para poder protagonizar o exercício da democracia burguesa federal, que não deixa de ser centralista. Dão uma dimensão muito valiosa acerca do que se tem desenvolvido nos momentos críticos no Brasil nos últimos 2 anos.

EDUARDO FRANCI GONÇALVES (Estudante da UnB) – Tenho uma pergunta. Você falou a respeito da homossexualidade em geral e do problema político que existe na homossexualidade. Por esse problema político passa também o problema da tipologia do homossexual, um problema muito brasileiro, acho que, no máximo, pode atingir outro país, a Itália. Talvez Itália e Brasil são os mais atingidos por isso, o homossexual deixa de ser de homem para ser alguma coisa entre homem e mulher, ele se traveste, ele adota uma gesticulação toda própria de um homossexual, quer dizer, completamente diferente de países como a Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, em que pode ser que exista uma minoria desses homossexuais, mas eles não deixam de ser homens. São homens homossexuais. É algo completamente diferente.

Então, quando se coloca esse assunto homossexualidade, quando se passa esse problema político, creio que passa por isso, porque vejo no Brasil, pelo menos, existe um grande estrelismo, todas querem ser estrelas de Hollywood, todas querem ser realmente o centro das atenções, o que não sei se acontece na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Passar por esse nível. Aqui é muito mais normal vermos um homossexual brasileiro vestido com um vestido de lamê imitando Marilyn Monroe do que por ser ele um homossexual-homem assumido homossexual. É muito mais comum. Por aí passa também o assumir certos valores de uma burguesia que é contra o

homossexual. O homossexual assume os valores burgueses, assume os preconceitos, assume a tipologia e agride a sociedade em retorno, e não consegue nenhum fruto político em torno dele. Por exemplo, vi um show de homossexuais em Recife há uns 8 anos. Entrava um travesti com um vestido de lamê e uma estola de pele na mão e ficava dizendo: viva a ditadura do proletariado, citava trechos de Marx. Isso no show montado. Atrás vinha outra “bicha” tão bem vestida quanto a primeira e a agarra pelo braço e diz: sai daí, não há “bicha” comunista.

Existe uma associação do padrão homossexual com a burguesia. Existe uma associação do padrão homossexual com as altas camadas sociais. Daí, existe esse preconceito em se assumir uma posição política, porque todas querem ser estrela, ninguém, nenhuma quer ser igual às outras. Pode-se dizer que dentro desses grupos – “Somos” etc. existia uma união. Dentro desses grupos podia existir uma união total. Nem no início queriam realmente ser o centro das atenções? É algo que atinge diretamente qualquer questão política. Quando não se quer trabalhar em grupo, não se consegue trabalhar em grupo. É evidente. Outro ponto a ser questionado: a própria questão da imprensa homossexual, como é o caso do *Lampião*. Lembro-me, há alguns anos, inclusive tenho a impressão de que foi sobre esse artigo que você colocou em específico, lembro-me que, inclusive, me chocou um pouco, dizia assim: esses “bichinhas” não tão maravilhosos. Acredito que o *Lampião* realmente tenha feito disso um fator de agressão, talvez de conscientização do que era o homossexual. Isto, sim. Agora, ele não tratava de maneira séria os assuntos. Jamais pretendeu tratar de maneira que realmente conscientizasse o homossexual. Ele jogava o assunto de maneira irônica, muitas vezes de maneira grosseira. Apelava inclusive – lógico, o movimento homossexual se caracteriza por isso – para a nudez do homem. Dizia: “esses michês tão maravilhosos”; aparecia um homem nu de pernas abertas. Quer dizer, uma coisa que não tinha muito a ver com uma imprensa séria. Tenho a impressão de que nesse rumo todo também existe uma enorme dificuldade para o próprio homossexual despreconceitualizar o que ele é. Ele se recolhe aos guetos por deficiência própria. Em primeiro lugar, homossexual não se assume como uma pessoa normal. Não se considerando uma pessoa normal, não pode ter uma atividade política. Então, acredito que, antes de ter qualquer atividade política, em termos de Constituinte mesmo, esta é uma questão que já está perdida, em termos de qualquer atividade, como a desse grupo GAPA, que é uma necessidade, que foi um problema de um grupo de risco, ou qualquer coisa. Tem que haver um programa de reeducação do que é ser homossexual ou do que é ser bissexual, porque mesmo em relação ao bissexual, dentro de um grupo homossexual, há preconceito, que existe o termo recaída. Não se pode aparecer jamais com uma mulher do lado, porque é uma recaída. Tem de haver, portanto, uma reeducação.

Gostaria que você falasse dessa tipologia, desse problema que existe em si, especificamente com o homossexual brasileiro e o italiano. Sobre os outros, há tempo, não sinto tão de perto.

EDWARD MACRAE – Em primeiro lugar você tem toda razão em ver a “bicha louca” como uma figura atualmente bastante latina. Tanto assim que dizem, em Nova Iorque, que os travestis, as “bichas loucas”, loucas mesmo, geralmente são porto-riquenhos, latino-americanos, “chicanos”, “hispanos” em geral. Sem dúvida nem sempre foi assim. Em primeiro lugar devem lembrar que a palavra homossexual e todo esse conceito de um ser diferente homossexual surgiu, principalmente, na Alemanha no século passado, quando se estava tentando combater uma lei que ia ser imposta, na época da unificação da Alemanha. Ia-se impor a legislação prussiana na Alemanha inteira. Na Prússia a homossexualidade era perseguida oficialmente, enquanto que no resto da Alemanha não. Então, travou-se toda uma briga nessa época e no contexto dessa briga surgiu o conceito do homossexual sendo um terceiro sexo, para quem a homossexualidade não era um ato contra a natureza, pois a grande justificação para a perseguição era a homossexualidade ser “contra a natureza,” etc. Então, para a natureza deles era um ato normal. Esta era basicamente a justificativa, que continua até hoje; vemos essa justificativa. Assim, criou-se a idéia de que o homossexual é um ser à parte, diferente. No começo se dava a pilosidade, as formas arredondadas do corpo, não-sei-o-quê, para mostrar que seria um sexo fisicamente intermediário. Nessa época houve uma campanha do grande Hirschfeld mas depois veio o nazismo.

Esquecemos que Berlim na época de Weimar era uma coisa que deixava São Francisco no chinelo. Era uma loucura. Hirschfeld, que era um grande líder, teve o equivalente a esse abaixo-assinado que o 99B fez contra o 302.0. Teve o apoio, na Alemanha, dos grandes nomes, como Thomas Mann, gente que hoje em dia são pessoas importantíssimas para a nossa cultura, participaram, pelo menos assinaram, os líderes da Social Democracia todos endossaram esse documento. Mas Hirschfeld, que foi o líder dessa campanha, freqüentemente saía à rua vestido de mulher.

Temos que tomar cuidado, discordo um pouco do que vejo como posição básica sua, dizendo que o homossexual masculino tem que ser “homem,” e seguir os padrões tradicionais de masculinidade.

EDUARDO FRANCI – Não disse que tinha de ser. Existe uma tipologia.

EDWARD MACRAE – Deveria ser. Estou exagerando um pouco a sua posição. Entendo bem que você falou. Acabamos acreditando muito nesses papéis do homem e da mulher: homem tem que ser homem; mulher tem que ser mulher, e essas mulheres lésbicas que se vestem de chofer de

caminhão ou essas “bichas” que se vestem de Marlene Dietrich ou Marilyn Monroe, algo assim, são pessoas que estão indo contra os interesses maiores, políticos, etc.

Os Dzi Croquetes, por exemplo, foram uma força muito positiva, questionando isso. Basta olharmos por aqui, agora, para ver como o vestuário nosso já está mudando, quantas mulheres há aí de calça. Você mesmo, está de brinco, está de camisa colorida, o que no começo da década de 60 seria um escândalo. Lembro-me quanto saíram as primeiras camisas coloridas para homem, por 1967, por aí. Era um escândalo: usavam-se na Inglaterra, mas não no Brasil. Estamos passando um período de total redefinição dos papéis, da apresentação. Há um componente de fantasia – talvez Gregório pudesse ter falado mais sobre essa parte inconsciente, etc. Tenho uma posição bastante sociológica, antropológica, que tende a deixar de lado essa parte do inconsciente, porque não estou muito capacitado a lidar com isso. Mas acho que essa fantasia existe. A fantasia masoquista, a fantasia de travestismo são coisas muito reais, e de grande tesão para as pessoas. Inclusive, tem esse papel político importante de questionar a separação rígida do papel masculino e feminino.

Outro ponto, que também não tive tempo e até esqueci de levantar, um dos fatores mais importantes de heterogeneidade é a questão de classe. Notamos, hoje em dia, que essas “bichinhas loucas”, os travestis, são geralmente pessoas de classe baixa e os mais “certinhos”, os homens homossexuais bem hominhos são freqüentemente universitários. Hoje já temos a idéia de que para ser homossexual não se tem que ser meio mulher, ou meio homem mas para grande parte da população brasileira ou se é homem ou se é mulher e quando um rapaz não consegue se encaixar plenamente no papel esperado do homem há uma tendência para se criar alguma coerência na sua cabeça – pois isso é muito importante para o bem-estar psíquico – acaba-se adotando como modelo, o modelo feminino. O mesmo para algumas lésbicas.

Isso é algo que está meio superado hoje em dia, mas há muita gente que está nessa aí.

Da mesma forma como algumas pessoas poderiam criticar uma opção homossexual, também devemos tomar cuidado para não criticar uma opção pelo travestismo, ou pelo faixa cinzenta dos dois papéis sexuais. Há a questão do estrelismo, claro. Há tendências estrelistas, mas, em primeiro lugar, parto do princípio de que não se pode falar numa essência psicológica homossexual. Neste caso não podemos generalizar também que todas as “bichas” querem ser estrelas. Em questão de estrelismos, vá você a uma reunião de qualquer partido político. Está aí o Brizola, que não me deixa mentir, machão. Maior estrela não há. A questão do *Lampião* exacerbou uma tendência que já podíamos ver...

PARTICIPANTE – Não tentei levar para o lado do modelo, porque sei realmente que os padrões são rompidos. É uma questão de evolução. Tam-

bém concordo. Este item, em específico, na questão da política dos homossexuais brasileiros, é um item prejudicial, porque a esquerda não tem grandes simpatias pelo homossexualismo. Inclusive os Partidos Comunistas não entendem o homossexualismo, que, talvez tenham uma meta...

PARTICIPANTE – O sr. Giocondo falou umas “coisas cabeludas”.

PARTICIPANTE – Exatamente. Ele leva sempre para o lado de patologia... Quando se capta esse poder burguês, à Marilyn Monroe, a estrela máxima do cinema americano, o que se está fazendo? Está se justificando esse padrão, esse padrão que o Partido Comunista, ou os comunistas, ou que as esquerdas intelectualizadas têm.

EDWARD MACRAE – Também se está justificando o padrão que os próprios homossexuais têm, que existe. Há milênios, provavelmente, o travestismo é uma forma de deboche muito importante, e faz parte dessa coisa dos setores homossexuais. Quando falo em homossexual, é com mil aspas, e coisas do gênero. Setores da população homossexual, por se sentirem marginalizados, desenvolvem uma crítica ácida, viperina, que é codificada, muitas vezes, através desse padrão “bicha”, “bicha” maldita, que é uma brincadeira com a feminilidade também, como uma ridicularização de tudo, a partir de uma ridicularização dos papéis sexuais. As mulheres não são homens. Pronto, e daí é outro papo. Existe toda uma deixar de lado da sisudez.

E aqui volto para a defesa do *Lampião*, que foi levar o discurso do gueto para a imprensa, de formar um poder análogo ao que o *Pasquim* fez, publicando palavrões, todo um escândalo que houve em meados da década de 60, e que agora já faz parte do nosso discurso normal. Foi uma coisa muito benéfica, abriu muitos horizontes. O *Lampião* serviu para abrir muita coisa. Essa coisa de tirar a frigidez da política, de trazer a política para o nosso cotidiano, é muito importante também, e isso eles fizeram para o cotidiano das “bichas” do gueto, usando os termos, manifestando preocupações que são atuais.

Se se vai respeitar o desejo de ir para a cama com uma pessoa do mesmo sexo, tem-se que respeitar outras fantasias dela, inclusive algumas fantasias masoquistas, que não sei lidar muito bem intelectualmente, mas tenho a impressão que temos que tomar cuidado, para não sermos antimasoquistas, e pronto. Talvez possamos chamar a esse tipo de coisa certo tipo de masoquismo, mas são também valores milenares que certa faixa da população tem usado, tem brincado com isso. Essas “bichas” americanas que não são as “bichinhas” tradicionais, “bichas” loucas, o estereótipo de masculinidade em que estão caindo agora é uma coisa igualmente absurda, ridícula, essa coisa de couro. Fui a alguns lugares, estive rapidamente em Nova Iorque tempos atrás. É algo engraçadíssimo, é

folclore puro, essas “bichas” são, no fundo, muito parecidas com as suas colequinhas chicanas, hispanas. Estão todas com cabelos raspados, muito couro, chapéu, olhando com cara de mau. É uma coisa estranhíssima e totalmente ridícula também. Não sei se isso é melhor que o outro. É uma variação.

PARTICIPANTE – Estava até escrevendo um bilhete ao professor Edward MacRae, porque pensei que não fosse dar tempo. Gostaria de fazer duas perguntas:

Primeira: você concorda que atualmente o homossexual ainda se casa devido a pressões da família? Outra: o homossexual é realmente discriminado dentro do seu ambiente de trabalho?

EDWARD MACRAE – Esqueci de falar mais sobre a questão de classe. Quando saí do hotel, hoje de manhã, pensei: tenho que tomar cuidado para não dar impressão muito ufanista, gloriosa, porque estou-me concentrando basicamente no movimento homossexual, nas conquistas, etc., mas este é um lado da história. Claro que as coisas de alguma forma estariam melhorando, mas existe um componente de intolerância gigantesco às pessoas – os travestis são mortos freqüentemente, há discriminação no trabalho, nenhum pai fica feliz quando descobre, ou começa a suspeitar que o filho é homossexual, ou alguma coisa assim. As pressões familiares abundam, inclusive mandam a pessoa para um psicólogo, um psiquiatra, para ver se pode curar-se. Há preconceito no trabalho. Por isso sugeri que seria interessante alguma coisa que protegesse as pessoas contra vários tipos de discriminação que existem aí, e, agora, com a questão da Aids, a tendência é a situação se tornar cada vez pior. São Paulo – essa é uma questão puramente ilusória – pelas estatísticas que temos, que são colhidas muito ao acaso, – São Paulo teria muito mais casos de Aids do que o Rio de Janeiro, o que é inacreditável. Se é transmissível através do contato sexual e se chegou ao Brasil via Estados Unidos, devia haver, no mínimo, a mesma quantidade de ocorrência de Aids no Rio de Janeiro, pois é um grande centro turístico. Há *charters* que chegam ao Rio lotados com pessoas que vão passar o carnaval e trepar, só. Então, haveria grande ocorrência desses casos no Rio. No entanto, são Paulo é o grande foco que chama a atenção no momento e Jânio já designou para a Secretaria de Higiene e da Saúde uma pessoa que é vista como grande inimigo dos homossexuais em São Paulo, o Dr. Ricardo Veronese. Também Jânio agora vai ter sua guarda municipal. Conhecemos o teor moralista da campanha dele, e tudo que ele representa. Então, podemos esperar agora um recrudescimento de campanhas de limpeza, de fechamentos de locais onde se possa ter sexo mais perigoso. Isso será – receio – uma desculpa para uma campanha terrível contra o gueto homossexual. As coisas podem tender a piorar agora...

PARTICIPANTE – Você colocou que o universo do homossexual é muito amplo e sem limites próprios. No entanto, se se observar bem o universo de todas as minorias, é assim: o universo da mulher – existe todo tipo de problema, todo tipo de comportamento, de conscientização; o universo do negro – idem.

Não tenho conhecimento se existe um representante homossexual no debate da Constituinte.

Existem problemas comuns, apesar de esse universo ser amplo.

Como você estava colocando, hoje em dia pode-se discriminar o homossexual não que ele até tenha um comportamento claro, mas pela gesticulação ou qualquer coisa. Então não se lhe oferece emprego: aquele cara ali não entra; ou não entra em determinado lugar.

Existe um representante, ou alguém está batalhando por isso?

EDWARD MACRAE – Ontem, na discussão sobre etnia, vimos o quanto é difícil conseguir representante das mulheres, dos negros. Foi conseguido a duras penas, mas são categorias muito mais legítimas. A resposta à pergunta é não. O problema...

PARTICIPANTE – Isto que quero saber.

EDWARD MACRAE – Quem seria? Uma pessoa saída provavelmente do Movimento Homossexual. O Movimento Homossexual é feito de pessoas que são um tipo, o tipo militante *gay*. Há outros tipos como aquele a quem muitos têm horror – o travesti. Talvez nem todos. Há uma porção de gente que já tem uma visão mais ampla.

Entretanto, no início do movimento *gay*, havia uma oposição muito forte contra eles, pois eram vistos como caricaturas da homossexualidade. Eu os vejo como uma variação. Haveria o problema de se enfatizar um tipo. Acontece basicamente que o Movimento Homossexual está esfacelado, não tem força. Ele pode aparecer, pode divulgar idéias, etc., mas não sei se conseguirá realmente fazer com que tivesse um representante *gay*. Não sei se seria bom ou não seria bom. Há mil possibilidades de ser uma coisa não necessariamente muito boa. Entretanto, seria interessante que alguém levantasse sempre as questões da sexualidade, da variação imensa de práticas.

PARTICIPANTE – Só para complementar. Falei a respeito do próprio preconceito que o homossexual tem com ele mesmo. Não se trata nem de questão de aceitação. Muitas vezes ele se aceita e passa a agredir quem não é ou, então, quem é bissexual. Isso é uma das coisas que tenho a impressão de que prejudica muito o próprio Movimento Homossexual, porque a tal da recaída é uma agressão.

Gostaria que você falasse a respeito disso, pois tenho a impressão de que é uma questão de reeducação, ou, então, uma questão de debate sobre o que é o homossexualismo dentro desses próprios meios. Termina o seguinte, a sociedade passa o sujeito como homossexual, ele se auto-recolhe ao gueto homossexual, que normalmente são boates, saunas, bailes específicos, lugares a serem freqüentados. Ele veste essa capa e dali para adiante é homossexual. Lá fora ele não é mais, procura transformar-se, tem uma atividade diferente. Até essa atividade diferente é afetada pelo convívio com outros: a gesticulação muda, o jeito de falar muda, tudo muda. Há um vocabulário muito específico. Resultado, o homossexual, muitas vezes, tem a aparência de ser um irresponsável. Normalmente como atividade sexual dele pode, inclusive, prejudicar a sua carreira profissional. Muito disso acontece.

Queria que você falasse a respeito.

EDWARD MACRAE – Em primeiro lugar, há muitos homossexuais que não são assim. Isso aí constitui uma parte pequena. O gueto é um lugar em que as pessoas vão para encontrar amizade, é um lugar de sociabilidade, de possibilidade de paquera. Basicamente isso. Se você freqüenta o Movimento Feminista, por exemplo, depois de certo tempo você aprende a distinguir quem são as feministas, assim, de olhos, não que elas sejam homossexuais. Não, nada disso, mas têm um tipo. Idem, talvez, com relação ao Movimento Negro. Quando se pertence a um grupo, se desenvolve uma série de características, e quando se pertence a um grupo que tem uma longa existência, como é o caso dos homossexuais, tem história. Houve um governador de New York, em 1700 e tanto, mandado pela Rainha Anne, Lord Cornbury, e ele se fez retratar, há um quadro enorme dele, vestido completamente de mulher, como uma senhora da corte. Estive lá, no Rio de Janeiro, há pouco, e fui visitar a restauração do Paço Imperial. Havia quadros com desenhos, pinturas de várias épocas, como é que tinha sido o prédio através do tempo. Havia trechos que aparecem na literatura ou nos relatos de viajantes sobre aquele prédio. Dentre os relatos, havia um francês. No século XVIII a esquadra francesa aportou no Rio de Janeiro. Foi uma grande ocasião. Daí o governador português fez uma festa, lá no tal do palácio, onde havia as melhores comidas, músicas, o que havia de melhor de música, o que havia de melhor de festejo, de cerimônia, de pompa, para esses estrangeiros visitantes. Só havia um problema. Os costumes portugueses eram quase mouriscos ainda, e as mulheres ficavam presas no fundo da casa, e só o irmão ou sei-o-quê podia ver a mulher naquela época. Então, nada de levar as senhoras para esse grande baile. Creio que na França devia ser um pouco diferente na época, porque esses franceses estranharam muito, porque eles chegaram lá, o lugar era magnífico, mas só havia portugueses, não havia portuguesas. Para resolver o problema, o governador tinha uma porção de

homens vestidos de mulher, para dançar lá com os franceses. Os franceses acharam estranhíssima a idéia, mas os portugueses ficaram lá entre eles, ótimos.

Portanto, essa coisa de travestismo tem uma longa história...

Embora, talvez, se visse de uma forma diferente, não gosto de falar dos homossexuais da Grécia antiga. Sendo contra essa idéia de essência, acredito que em cada época a prática homossexual significa algo diferente. Essa história de “desmunhecação” tem uma longuíssima estória. Daí, quando se forma um gueto, um lugar onde as pessoas se encontram, estas vão desenvolver uma linguagem, uma coisa toda particular. Neste caso, tem-se essa tradição de travestismos, de “desmunhecação”. Então, é normal que no gueto se desenvolva esse tipo de conduta.

COORDENADOR – Um manifesto *gay* que chegou da Inglaterra, em defesa dos travestis dizia: aprende-se mais usando vestido por um dia do que um terno por uma vida.

PARTICIPANTE – Ao longo destes três dias de seminário temos visto em diversas mesas – assisti a uma parte ontem –, tanto no Movimento Feminista quanto no Movimento Negro, rachas que seguem linhas partidárias.

Você falou, na sua primeira exposição, de rachas dentro do movimento *gay*, queria saber se as divisões acompanham linhas partidárias.

Segunda pergunta: qual é o tipo da mulher feminista, porque não sei...

EDWARD MACRAE – O tipo de mulher feminista não o tenho elaborado. Procuo não posicionar. Não sei se são todas, mas existe certo tipo de mulher, de feministas – a quem tenho o maior respeito, admiração, só estou dizendo como é normal –, por exemplo, que não usa maquilagem. Muitas vezes usa o cabelo ou curto ou longo, mas não vai ao cabeleireiro. Sempre há montes de exceções. Não quero cair nessa, porque não é a minha posição. Você sabe que não estou inventando, existem esses fenômenos. Estou falando das mulheres dos grupos feministas de São Paulo, de fins de 70, começo de 80, amigas minhas. Não estou falando da mulher mal amada, queimadora de *soutien*, feia. Não é nada disso. Eu acho bonito. É um tipo de pessoa que tem certas preocupações e não tem outras.

PARTICIPANTE – A caracterização hoje é mais para o discurso. Até a maneira de se explanar em relação a qualquer coisa, se pode caracterizá-la. Não é mais por esse lado.

EDWARD MACRAE – Recuso-me a falar mais sobre este assunto. (Risos.) Falar sobre os partidos é mais interessante.

A maior parte das pessoas que participaram do Movimento Homossexual eram pessoas que se sentiram marginalizadas, e marginalizadas dos partidos. Até quando recentemente a questão foi levantada com Giocondo Dias, em entrevista concedida, creio que à *Veja*, no ano passado, ele falou essas coisas de decadência da burguesia, essas coisinhas terríveis, idiotas mesmo. No entanto, há um monte de comunistas que não falam essas coisas. Sei disso. Até certo tempo atrás, esta era idéia muito difundida, e as pessoas militantes de partidos que tinham uma vivência homossexual muitas vezes tinham que esconder sua situação. Muitos tiveram de sair de grupos políticos, por causa da homossexualidade.

O Movimento Homossexual foi iniciado por muita gente que tinha uma grande mágoa contra os grupos de esquerda, outros que não chegaram nem perto, a maioria não chegou nem perto. Aqui é diferente do Movimento Feminista no Brasil, que foi, em boa parte, formado inicialmente por pessoas que tinham uma vivência ativa da esquerda e tinham uma crítica de dentro da esquerda. Os homossexuais tinham uma crítica de fora, estavam geralmente completamente desinformados, poucos conheceram a militância de esquerda na década de 60, são muito jovens também. Então, em grande parte não eram tipos politizados. Essas pessoas foram aquelas que sentiram muita empatia, muita simpatia por essas idéias libertárias. Houve uma hora em que entraram em São Paulo – lugar que conheço melhor – na Convergência Socialista, que foi muito importante, porque a Convergência Socialista era o único partido que tinha realmente uma posição sobre a questão homossexual. Inclusive, houve durante uma época a chamada “Facção *Gay* da Convergência Socialista”. Tinham lá dentro pessoas levantando constantemente a questão, e essas pessoas tentaram influir sobre o Movimento Homossexual, levando sua visão mais leninista-trotskista, que se chocava, que se chocava completamente com esses de visão mais libertária. Eram poucos esses a que chamaria – talvez – de esquerdistas. Eles entraram. Não vieram só da Convergência. Vieram também pessoas que tinham tido militância no PC do B, no PC, e outras pessoas que, em termos de esquerda, brigavam com a Convergência, mas que lá dentro do Movimento Homossexual todos eles eram agrupados como os marxistas, os esquerdistas, que eram vistos como querendo atrelar o Movimento, que estavam querendo tomar o Movimento. Um maniqueísmo louco surgiu lá. Eles não eram ainda suficientemente fortes para poder impor-se como Convergência em relação ao PC do B, com relação ao PC. Então, em 1982; quando o Movimento Feminista foi esfacelado, ou dividido, apoiava-se o PT, apoiava-se o PMDB, o Movimento Homossexual era contra isso e pronto, e não era nem PMDB nem PT. Hoje em dia os resquícios desses libertários basicamente seriam PT. Essa divisão das várias esquerdas não chegou... Foi esquerda *versus* libertarismo.

PARTICIPANTE – Uma observação ao Dr. Timm.

Não entendi direito sua colocação sobre a participação do Distrito Federal no Senado. Não sei se me desliguei, mas foi meio confuso para mim entender o que você estava querendo dizer. Você validou ou não validou?

PAULO TIMM – Esse problema da cidadania dos brasileiros não pode copiar modelos. Tem que ser percebida num invólucro inicial o que é a questão do Distrito Federal. Discuti muito e tentei chamar a atenção. De certa maneira, há um ponto que liga aqui todas as pessoas que falaram, hoje, sobre os mais variados temas. Em última análise, é a questão do Estado e sociedade. Como é que se consegue democratizar realmente a sociedade através da construção da cidadania. Estou convencido de que se tem de começar a desmontar o Estado, e nessa desmontagem do Estado o caminho é o fortalecimento de instâncias cada vez mais em baixo. Contrariamente à tendência centralizadora autoritária da esquerda, temos que começar a pensar e rebentar com isso, e é muito difícil. Quando falo em centralização é centralização autoritária. Toda centralização tem um componente autoritário muito forte. Então foi por este lado: tem que se fortalecer o município, tem-se de fortalecer o federalismo. República do tamanho do Brasil tem que ser federativa mesmo. Essa questão de localização do governo é importante. Vale a pena manter esse invólucro do Distrito Federal como um invólucro vazado. Não é Estado, não é nada. Realmente não é nada. É uma sede de governo. Por isso que eu disse que vale a pena. É uma questão contraditória. Vaza um território de substância federativa para construir a substância federativa no resto. Esta é uma questão contraditória. Disse também, o fato de eu assumir como contradição não quer dizer que tenha que limitar a cidadania dos brasileiros. É perfeitamente possível levá-la até à plenitude, mas não de forma equivalente aos Estados-membros. Isso aqui é outra coisa mesmo, ou seria. Estou defendendo que seria outra coisa, sempre no sentido de se tentar construir formas, instâncias regionais locais cada vez mais fortes. Até essa condição de Distrito Federal é favorável, não toma partido.

Eu disse que o Distrito Federal tem que ter representação plena em nível nacional, igual às outras, e não defendo a representação no Senado porque não defendo a de nenhum. Devemos caminhar por um Congresso unicameral representativo do povo brasileiro, e construir o federalismo de outra maneira. Para mim, o federalismo não se constrói naquela cúpula do lado de cá. Ulysses disse muito bem, temos que procurar fazer instituições adequadas às aspirações do povo brasileiro, e não à arquitetura do Niemeyer. Não é porque há duas cúpulas ali que temos que manter duas Câmaras. Há muitas coisas que podem ser feitas ali. O País precisa de instituições adequadas às aspirações, e não à arquitetura de Brasília, é complicado discutir isto com os arquitetos.

Defendo a representação unicameral. Não defendo o Senado para ninguém, o que não quer dizer que, se houver eleições para o Senado,

tenhamos que votar contra. Não. Temos de votar, participar, mas para eliminar, para acabar. Isso aí é um negócio complicado. Sou Presidente do Conselho de Economia e sou contra o Conselho, não deveria haver. Tenho procurado fazer um proselitismo em todo Brasil, tentando eliminá-lo, porque é um ranço corporativista que não se justifica. É complicado, mas temos que usar para denunciar e tentar eliminar essas excrecências. Sobretudo não se desmonta o Estado centralizado como aquele negócio ali, que é um Senado Federal, caquético, sem função nenhuma. Brasília – entendo – não deve ter representação no Senado, como não deve haver Senado. É isto que estou dizendo. Deve ter representação plena numa Câmara unicameral, nos mesmos critérios de proporcionalidade. Não pode limitar a 8, a 5. Isso é besteira, é discriminação. Foi isto que eu disse. Na representação nacional pode ser plena, e em nível local pode ser plena também, e, aí disse: certos paradigmas que expressem as aspirações nacionais depositadas em Brasília – sua condição de Distrito Federal, certo partido urbano que tenha que ser preservado, certo caráter urbano. Isso pode até estar escrito na Constituição, pode haver uma disposição transitória. Não precisa condicionar a administração de Brasília a um governador nomeado, para que se mantenham certas peculiaridades. Isso é pura tradição, não tem nenhum valor, não tem nenhum sentido doutrinário, teórico. A população simplesmente pode eleger seu governador, a sua Câmara, tudo o que for, e respeitar determinados paradigmas que estão dispostos na Constituição, e acabou. Vamos democratizar a vida interna. Isso não exclui a possibilidade de que Taguatinga vire município, de que o Gama vire município... Não há nenhum problema. Fica algo meio assustador: no Distrito Federal parece que não se pode mexer. Não há nenhum problema, absolutamente nenhum. Sobretudo no campo econômico, onde o pessoal mais vê problema – não pode ter cidadania plena porque não tem recursos. Começando que a questão da cidadania não depende de dinheiro. Isso é um absurdo. Senão o Piauí estaria liquidado. Então, eliminamos tudo e convertemos ali num vasto campo de pastagem. A questão da cidadania é uma questão de princípio. Brasília não tem problema nenhum nesse campo. Aliás, é um papel privilegiado. Repeti um pouco tudo, porque não sei onde estava. Realmente, para mim, as discussões foram interessantíssimas, foram muito boas, apesar de esse assunto ser chato.

Esse tipo de eleição em Brasília é uma palhaçada. Esse negócio não constrói a cidadania, não encaminha os problemas reais da cidade e está sendo e será discutido em nível muito superficial. O professor Edward estava falando no gueto, e ele foi em cima. Até ia dizer, esse negócio de estrelismo há em todos os níveis. Os guetos que frequentei, no gueto intelectual brasileiro da UnB, no gueto dos economistas, todo mundo quer ser estrela. É como dizia Rachel de Queiroz, quando foi eleita

para a Academia Brasileira de Letras e lhe perguntaram como se sentia: muito bem, todo mundo quer tirar nota 10 desde pequenininho.

Esta questão o nosso amigo Gregório é quem podia explicar melhor, que não tem que ver com o homossexual, tem que ver com o gênero humano.

Esse negócio aqui, em Brasília, é uma palhaçada. Agora, tem-se que participar. O meu gueto exige que eu participe. Se o gueto exige que participe, vamos participar, mas que é uma grande enrolação que se está fazendo com a comunidade local é. No entanto, tem-se que tocar o barco para a frente...

PARTICIPANTE – Uma pergunta, que tem pertinência como o que acaba de ser colocado agora.

Percebemos que Brasília é uma cidade muito setorizada. Têm-se os amigos da quadra, os amigos da faculdade, os amigos do trabalho. As vezes, está-se saindo numa sexta-feira à noite; vamos sair? – Não posso, marquei com o pessoal do trabalho ou marquei com o pessoal da quadra...

Até que ponto o fato de Brasília ter sido território neutro, ou seja, Distrito Federal, quando e como a arquitetura de Brasília contribui para essa setorização?

Outra pergunta. Foi feita uma pesquisa com a população da invasão do Paranoá. Isso tem mais a ver com a questão da cidadania. As pessoas que vão lá fazer a pesquisa costumam filmar ou fotografar e prometem voltar depois, para dar as fotos. Aconteceu um fato interessantíssimo: uma das pessoas, um homem que foi fotografado não se reconheceu na foto. Essas pessoas não existem em nível de cidadão, em nível de um documento. Esse homem não tem nada que prove a sua cidadania. No final, disse: este não sou eu! A pessoa que bateu a foto: é o sr., olhe aqui a casinha, o cachorro estava passando... – Não, este aqui é fulano, que morreu atropelado outro dia. Ele não se reconhecia como pessoa.

PAULO TIMM – É mais simples. Ela não tem espelho. Concretamente é isso.

Sobre a primeira questão, poderia dizer alguma coisa. Sobre a última, não sei.

O problema de setorização de Brasília, não é tanto a questão da cidade. Não creio que seja. Creio que seja o problema da repressão. Brasília – não tenho dúvida – é a cidade mais reprimida. Durante todos estes anos, foi a cidade mais reprimida. Aqui onde não havia nenhum reduto de contestação crítica, não havia nenhum reduto de vivência libertária. A própria UnB, que seria o residuo útil, sabemos em que se transformou nestes anos todos. Vou dar alguns exemplos. São Paulo sempre teve seus redutos libertários, ainda que fossem os bares noturnos. Em Porto Alegre, a Assembléia Legislativa. O Rio de Janeiro também tinha a Câmara de Ve-

readores, que é ali na Cinelândia. Era o último reduto de resistência. Havia sempre um reduto de resistência cultural no País. A ditadura foi derrotada culturalmente, não politicamente. A batalha foi muito mais no campo ideológico, e esta é a crise que vivemos: a derrota ideológica da ditadura não deu formas políticas alternativas para nada. Então, estamos nos debatendo no vácuo.

Brasília foi o campo, por excelência, onde não sobrou nenhum reduto. As perseguições eram violentíssimas, não havia nada. Então, as pessoas se refugiaram em coisas, não conseguiram encontrar um estuário mínimo para intercambiar experiências, sequer para contestar o modelo urbano da cidade. Até hoje a cidade é dos criadores. Ela se impõe autoritariamente sobre a cidadania local. É claro, isso será revertido quando a cidadania tiver condições de expressar as suas aspirações, e ela tem todo direito a isso. Se quiser, ela vai fazer o que bem entender com a cidade. Ai vão surgir outras vivências. Brasília é a cidade, de certa maneira, mais atrasada do Brasil neste sentido. Tem grande potencialidade. O processo libertário de Brasília vai ser muito rápido. Existem os ingredientes, existem os elementos. Muito mais rápido do que em outros lugares do Brasil, que, bem ou mal, tinham um deputado que foi eleito, que era do PMDB, que fazia as vezes de refúgio da consciência crítica. Brasília não tem. As referências são muito setorializadas até hoje – o Vladimir no cineminha dele... Não foram ainda socializadas em nível da cidade. Em breve, isso vai acabar e Brasília surpreenderá, porque ela tem ingredientes, tem, em última análise, pessoas que são portadoras de uma função transformadora muito rápida para a cidade.

PARTICIPANTE – Em primeiro lugar, discordo de você quando diz que em Brasília não houve nenhuma resistência, isso que você colocou como a ditadura, o sistema.

Existem maneiras e maneiras de resistência, maneiras e maneiras de se organizar, e não é porque se tem uma Assembléia Legislativa que essa Assembléia vai se constituir num reduto contra a ditadura. Por acaso, no Rio de Janeiro, ela foi. Dentro de Brasília existe, como você mesmo reconheceu, uma enorme resistência ao próprio regime atual, e talvez seja uma das maiores resistências que existem em nível do País, porque é talvez um dos lugares em que mais se critica e estamos dentro do pátio deles. É o único lugar que vi, dentro de Brasília, carro oficial ser apedrejado quando traz gente na UnB. Carro oficial é apedrejado. A filha do deputado fulano de tal desce, leva pedrada. Por quê? Porque entrou na UnB com carro oficial. Não existe realmente nenhuma resistência organizada, nisso concordo com você. Agora, colocar que não existe uma resistência e que essa resistência é setorializada, também acho brincadeira. Ai já entra uma diferença de visão, por exemplo, dentro da UnB mesmo. A própria questão do movimento estudantil que se coloca, que não existe uma organização central e que isso prejudica o diálogo com a Reitoria. Não. Tem que existir

outras formas que não uma organização central. Por que essa necessidade de se colocar esse é o reduto de resistência e não se transferir essa resistência para um plano muito maior da cidade? O concerto “cabeças” e uma brincadeira em cima da Nova República, financiado pela Nova República. O cinema da UnB vai abrir com uma amostra do cinema pornográfico.

Não sei como é que você coloca que não existe esse tipo de resistência. Se se for ver quem fez cultura dentro de Brasília, são pessoas muito específicas, que estão constantemente ligadas. Conheço o Vladimir, que nunca foi meu professor. Encontrei-me com ele no Festival Internacional de Cinema do Rio de Janeiro.

Não é assim como você coloca: não existiu ou não existe.

PAULO TIMM – Deixa-me explicar. Estou tentando dizer que há uma defasagem entre nós. Estamos absolutamente de acordo, não há nenhum desacordo. Estou pensando no ano em que cheguei aqui, que foi 1973, como é que eu fazia para resistir... É disso que estou falando. Não estou falando hoje. Hoje, estamos aí. Não tenho nenhum problema; tanto que eu disse: a cidade tem todos os elementos para dar um retorno muito rápido e vai ser muito ligeiro. Mesmo assim, em 1973, 1970 – vou dar um exemplo, editava-se um jornal *Movimento* em Brasília, que originariamente era do PC do B de Brasília. Era tamanha a repressão que as pessoas tinham medo de assinar o *Movimento*. Então, eu tinha 50 assinaturas do *Movimento*, recebia os exemplares e os entregava de casa em casa para os assinantes não serem identificados. É disso que estou falando. Não estou falando hoje. Estou falando que, ao longo de um processo de resistência, Brasília foi a cidade mais reprimida do Brasil. Não pense que não. Hoje é completamente diferente o quadro. Talvez, a meu juízo, tudo isso ainda esteja numa fase, como diria o Benício, que é professor de Ciência Política, esteja ainda numa fase pré-política. Não é o problema de ser central ou não ser. Sou uma pessoa absolutamente anticentral. Ele acabou de falar que em São Paulo – concordo com ele – a criação do “Somos”, e outros movimentos, tiveram um sentido político. O *Lampião* não era diretamente político nem partidário, mas era político. Em Brasília, as nossas formas de resistência, todas elas, foram pré-políticas, e suspeito que todos os partidos que existem em Brasília ainda seja, na verdade, partidos pré-políticos. Na verdade ainda não são políticos, muito embora o sejam. Estamos absolutamente de acordo.

Noto que a cidade foi tão reprimida e tão castrada que não conseguiu assumir a sua identidade política ainda. Está agora nesse processo. Isso que estamos fazendo é uma tentativa, mas – a meu juízo – ainda está no nível muito pré-político. Isto aqui não é comício. Isto aqui é um bate-papo intelectualizado.

PARTICIPANTE – Quando você coloca como pré-político, concordo com você. Relativamente às formas de resistência, da mesma maneira que o “Lampião” teve uma função dentro do Movimento Homossexual, dentro dessas formas, por exemplo, há o “Pacotão”, o famoso bloco de Brasília, o bloco mais politizado do País. É realmente uma chacota em cima da ditadura, e via-se o Acioli vestido de mulher dentro do “Pacotão”. Uma das coisas que podemos achar mais engraçada. Isso sai em todo o País.

PARTICIPANTE – Dr. Paulo Timm, quando o sr. fala do Senado, isso implica, ao mesmo tempo, num novo conceito de Federação, e conceito de Federação no Brasil é muito recente. É república. Inclusive, talvez fosse até meio sem muito embasamento histórico. Foi copiado do conceito de federação americana. O que seria o conceito de Federação? Implicaria que uma Câmara unicameral deveria ter representação estritamente proporcional à população, o que desfavorecia muito as Unidades Federativas na representação nessa Câmara.

PAULO TIMM – É que sempre vemos muito a Federação por aquele ângulo. Não é isso. O problema todo é a desmontagem da centralização, que não começou com a ditadura, mas se intensificou com ela; é o sistema tributário; são as atribuições, dar realmente ou fazer com que os Estados e municípios assumam não só funções como competências para exercê-las. Isso só poderá se dar na medida em que se subtraírem da União essas funções, essas competências e os mecanismos que ela absorveu durante esses anos todos, o que não é fácil. É um negócio muito complicado e muito difícil. A questão da democracia no Brasil passa fundamentalmente por aí, passa pela desmontagem dessa centralização autoritária, que já, de certa maneira, se transformou em avassaladora e debilita o Estado, debilita município, debilita isso, e, de certa maneira, tenta sempre a esquerda, porque a esquerda diz: não, então chegamos lá e a democratização se dá por cima. Quer dizer, se estivermos lá é democrático.

Entendo que não. A questão é mais complexa, tem-se que começar a fazer desmontando desde agora. Não é só fortalecendo a sociedade civil. É desmontando as engrenagens, os mecanismos de Estado. Portanto, a representação legislativa para mim tem que ser unicameral, representar o povo. Não vejo necessidade do Senado. Não vejo realmente. Para mim, não vejo necessidade. É algo que não funciona. E pior, é que engana, pois que, à medida em que o pessoal de Alagoas e do Pará elege um senador, ele acha que o Estado federado está sendo representado, e não está. Na verdade, estará representado se houver competências, mecanismos, atribuições dentro de um princípio de isonomia em nível nacional. Isso não está acontecendo.

COORDENADOR (João Gabriel Teixeira) – Estão encerrados os nossos trabalhos.

Uma outra questão prioritária: a cidadania do trabalhador rural. Isto significa ter direito à terra, ao uso da terra e aos frutos da terra. Questão polêmica, a reforma agrária será sem dúvida um dos temas em destaque na futura Assembléia Nacional Constituinte. No seminário *A Construção da Cidadania*, discute-se reforma agrária dentro de um sentido de redefinição da propriedade. Igualmente são discutidos outros temas polêmicos, como a questão étnica – a cidadania das minorias raciais –, a cidadania dos homossexuais, o planejamento familiar, a discussão em torno do aborto.

Alguns dos direitos de cidadania dizem respeito às liberdades individuais. É o caso da liberdade de ir e vir, liberdade de pensamento, de fé, de propriedade, de acesso à Justiça. Existe ainda uma segunda classe de direitos: são os direitos políticos, votar, ser votado e participar politicamente da vida da nação. Surge agora uma terceira classe de direitos que começa a compor o quadro de uma cidadania econômica. É uma nova cidadania, ligada à representação social e política do trabalhador, que pressupõe os seus direitos na empresa, sua liberdade em criar e em participar de movimentos associativos e sindicais. Todas estas questões foram debatidas em seis longos painéis que são agora reproduzidos neste livro e que têm o mérito principal de mostrar a abrangência dos temas a serem levados à futura Assembléia Nacional Constituinte.

Construção da Cidadania, A



* 9 4 5 8 *

R\$ 29,00

ISBN 85-230-0211-1